

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONTA DE GERÊNCIA 2017

MUNICÍPIO DE GONDOMAR



GONDOMAR2017

Cidade Europeia do Desporto



GONDOMAR
é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR



Índice Geral

1) Mensagem do Presidente	7
2) Introdução.....	9
3) Órgãos do Município.....	10
a) Assembleia Municipal.....	10
b) Câmara Municipal	13
4) Estrutura Orgânica do Município	14
5) Análise Orçamental	16
a) Execução Global do Orçamento	16
b) Grau de execução orçamental	18
c) Receita	19
d) Encargos com Empréstimos Bancários.....	26
e) Transferências Correntes.....	26
f) Grandes Opções do Plano	29
6) Situação Económico-Financeira	31
a) Análise do Balanço.....	31
b) Imobilizado.....	33
c) Dívidas de terceiros	38
d) Disponibilidades	38
e) Proveitos Diferidos	39
f) Acréscimos de Proveitos.....	40
g) Acréscimos de Custos.....	40
h) Dívidas de Médio e Longo Prazo	41
i) Dívidas de Curto prazo	42
7) Análise da Demonstração dos Resultados	43
a) Fornecimentos e serviços externos	45
b) Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	46
c) Custos com pessoal	46
d) Amortizações do exercício	47
e) Provisões do exercício	47
f) Custos e perdas financeiros.....	48



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

g)	Custos e perdas extraordinários	48
h)	Vendas e Prestações de serviços.....	49
i)	Impostos e Taxas	50
j)	Transferência e subsídios obtidos	51
k)	Proveitos e ganhos financeiros	52
l)	Proveitos e ganhos extraordinários.....	52
8)	Endividamento	53
a)	Cálculo Do Endividamento Municipal.....	55
b)	Redução apurada do Endividamento Municipal	56
9)	Contabilidade de custos	57
10)	Indicadores Económico- Financeiros	60
a)	Solvabilidade	60
b)	Liquidez Geral.....	61
c)	Autonomia Financeira	62
11)	Proposta de Aplicação de Resultados.....	62
12)	Mapa de Acordos de pagamento	64
13)	Registo de Compromissos Plurianuais.....	65
14)	Balanço e Demonstração de Resultados	66
15)	Anexos às Demonstrações Financeiras.....	70
a)	8.1 Caracterização da Entidade	70
b)	8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	74
16)	Certificação Legal de Contas.....	95



Índice de Quadros

Quadro 1: Constituição Assembleia Municipal no mandato 2013-2017	11
Quadro 2: Constituição Assembleia Municipal no mandato 2017-2021	13
Quadro 3: Relação dos vereadores até 23 de Outubro de 2017	13
Quadro 4: Relação dos Vereadores de 24 de Outubro a 31 de Dezembro de 2017	14
Quadro 5: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Gondomar	14
Quadro 6: Unidades orgânicas da Câmara Municipal de Gondomar	15
Quadro 7: Execução do Orçamento	16
Quadro 8: Equilíbrio Orçamental	16
Quadro 9: Equilíbrio Orçamental RFALEI	17
Quadro 10: Execução Orçamental	18
Quadro 11: Principais rubricas da Receita	19
Quadro 12: Evolução dos impostos diretos	20
Quadro 13: Receitas dos impostos	20
Quadro 14: Evolução das transferências correntes	21
Quadro 15: Tipologia das transferências	22
Quadro 16: Despesa por unidade orgânica	24
Quadro 17: Despesa por natureza	25
Quadro 18: Tipos de despesa	25
Quadro 19: Encargos com serviço da dívida	26
Quadro 20: Transferências correntes	27
Quadro 21: Distribuição por freguesia	27
Quadro 22: Distribuição por corporação de bombeiros	28
Quadro 23: Distribuição por natureza de apoio	28
Quadro 24: Classificação funcional das GOP	29
Quadro 25: Composição da proteção do ambiente	30
Quadro 26: Distribuição na área da educação	30
Quadro 27: Balanço sintético	32
Quadro 28: Imobilizado do domínio público	35
Quadro 29: Imobilizado corpóreo	36
Quadro 30: Investimentos financeiros	37
Quadro 31: Dívidas de terceiros	38
Quadro 32: Mapa dos Subsídios ao Investimento	39
Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos	40
Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos	40
Quadro 35: Dívidas de médio e longo prazo	41
Quadro 36: Dívidas de curto prazo	42
Quadro 37: Demonstração de resultados	43
Quadro 38: Fornecimentos e serviços externos	45



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Quadro 39: Composição das transferências correntes.....	46
Quadro 40: Custos com pessoal	46
Quadro 41: Amortizações do exercício.....	47
Quadro 42: Custos e perdas financeiras	48
Quadro 43: Custos e perdas extraordinários.....	48
Quadro 44: Vendas e prestações de serviços	49
Quadro 45: Impostos e Taxas	50
Quadro 46: Transferências e subsídios obtidos.....	51
Quadro 47: Proveitos e ganhos financeiros.....	52
Quadro 48: Proveitos e ganhos extraordinários.....	52
Quadro 49: Evolução do Endividamento	53
Quadro 50: Cálculo do Endividamento Municipal	55
Quadro 51: Receita média dos 3 últimos exercícios.....	56
Quadro 52: Regularização do excesso de endividamento	56
Quadro 53: Contabilidade de Custos	58
Quadro 54: Índice de Solvabilidade	60
Quadro 55: Índice de liquidez geral.....	61
Quadro 56: Grau de autonomia financeira.....	62
Quadro 57: Imobilizado em poder de terceiros	81
Quadro 58: Participações Financeiras	83
Quadro 59: Composição das dívidas de cobrança duvidosa.....	85
Quadro 60: Garantias Prestadas a terceiros	86
Quadro 61: Composição das provisões	86
Quadro 62: Composição da classe 5	87
Quadro 63: Demonstração dos resultados financeiros	89
Quadro 64: Demonstração dos resultados extraordinários	90
Quadro 65: Mapa do Ativo Bruto	91
Quadro 66: Mapa das amortizações e provisões.....	92



Índice de Gráficos

Gráfico 1: Poupança Corrente	17
Gráfico 2: Equilíbrio Corrente	18
Gráfico 3: Execução Orçamental	18
Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos	20
Gráfico 5: Evolução das receitas dos impostos.....	21
Gráfico 6: Transferências do Orçamento de Estado	23
Gráfico 7: Evolução da dívida de médio e longo prazo.....	41
Gráfico 8: Evolução do passivo	53
Gráfico 9: Índice de solvabilidade.....	61
Gráfico 10: Índice de liquidez geral	61
Gráfico 11: Grau de autonomia financeira	62



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Abreviaturas utilizadas:

CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

FAM – Fundo de Apoio Municipal, constituído pela Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis

IUC – Imposto Único de Circulação

LFL – Lei das Finanças Locais – Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro

SATAPOCAL – Grupo de apoio técnico à implementação do POCAL

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

1) Mensagem do Presidente

O ano financeiro de uma autarquia local é marcado por inúmeros momentos ao longo dos 365 dias. No entanto, há dois momentos especialmente relevantes a que estão associados dois documentos de igual importância: refiro-me à aprovação do Orçamento e GOP e à prestação de contas consubstanciada no relatório de gestão. Do ponto de vista da prestação de contas e da qualidade da informação disponibilizada, o Relatório de Gestão e de Prestação de Contas é o documento mais fiável de um exercício financeiro. Isto porque, enquanto o orçamento se refere a uma perspetiva futura e consequentemente incerta, o Relatório de Gestão e de Prestação de Contas tem como objecto a análise de um período temporal encerrado.

Em 2017 ocorreram dois factos que marcam de forma indelével o panorama financeiro desta autarquia. Por um lado, foi possível extinguir o processo de execução fiscal relativo a dívida no âmbito do Fundo Social Europeu que ascendia ao valor de 11,6 Milhões de euros, através de negociação direta com a entidade credora e sobre o qual o Município vinha algo longo dos anos, sucessivamente, a perder as diligências judiciais encetadas, inclusivamente para o Supremo Tribunal Administrativo. Esta negociação e a extinção do processo tiveram como consequência um resultado líquido de 4,5 Milhões de euros para o Município.

Por outro lado, foi possível chegar a entendimento com a EDP, o maior credor do Município, acerca da dívida de 49 milhões de euros. Deste acordo resultou uma redução de 40% do valor em dívida, com a contrapartida do pagamento imediato do remanescente, 28 milhões de euros. A operação foi submetida aos órgãos autárquicos, que aprovaram a constituição de um crédito bancário destinado a liquidar a dívida. Infelizmente, o Tribunal de Contas decidiu não conceder visto a esta operação, pelo que o Município se viu forçado a apresentar Recurso, situação que se mantém à data. Note-se que esta operação permitiria a saída do endividamento excessivo e a libertação dos constrangimentos e impedimentos legais associados a este excesso. Considerando a inexecutabilidade do pagamento integral da dívida a prazo, bem como do seu prolongamento ou da sua renegociação por mais 20 anos, esta, seria indubitavelmente a operação financeira mais importante e vantajosa da história do Município de Gondomar.

Da análise do presente documento resulta evidente e provavelmente como dado mais relevante, que o Município de Gondomar prossegue o rumo da consolidação orçamental e da diminuição do



seu endividamento. No entanto, também não passará despercebido que o nível de redução do endividamento tem vindo a decair, precisamente em consequência do decréscimo do valor bruto.

O ano de 2017 foi encerrado com endividamento de cerca de 100 Milhões de euros (91 de dívida própria e 8,5 das entidades participadas), a que corresponde um excesso de 13 Milhões de euros face ao legalmente admitido. O grau de endividamento tem apresentado os seguintes valores que a seguir se evidencia.

2013	2014	2015	2016	2017
2,12	1,96	1,93	1,79	1,72

De acordo com as regras de cálculo definidas por lei o endividamento dos municípios não deve exceder 1,5 vezes a média da receita própria cobrada nos últimos 3 anos.

De salientar ainda o grau de solvabilidade que indica a capacidade de o Município fazer face aos seus compromissos e que tem registado uma tendência de crescimento fixando-se em 2017 em 111,36%.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

2) Introdução

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2017, que procura ser clarificador quanto à composição das receitas e despesas do Município de Gondomar, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

É da competência do órgão executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de Prestações de Contas do exercício do ano anterior.

De acordo com estabelecido no POCAL, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente relatório inclui, entre outros elementos, a análise da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como à situação económica e financeira do município, onde se inclui a componente do endividamento.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

3) Órgãos do Município

O ano 2017 caracterizou-se pela realização das eleições autárquicas a 1 de Outubro, culminando com o fim de um mandato (2013 a 2017) e do início de um novo mandato (de 2017 a 2021), mantêm-se em funções a maioria dos membros da câmara municipal, pelo que não se procede à apresentação de contas partidas, no entanto evidenciam-se nos pontos abaixo cada um dos eleitos locais em cada um dos dois mandatos que vigoraram durante o ano de 2017.

a) Assembleia Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Assembleia Municipal nos dois mandatos autárquicos que existiram durante o ano de 2017.

De 1 de Janeiro de 2017 a 23 de Outubro de 2017:

Nome	Função
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente da Assembleia Municipal
António Fernando Oliveira da Silva	Deputado Municipal
Maria Teresa Rocha de Sousa Santos	Deputado Municipal
Ana Catarina de Sousa Pão Trigo	Deputado Municipal
Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio	Deputado Municipal
António José Valpaços Magalhães	Deputado Municipal
António da Silva Sá Casal	Deputado Municipal
Bruno Miguel Martins Vieira	Deputado Municipal
Carlos Alberto Sousa da Costa	Deputado Municipal
Carlota Ferreira Brás César Teixeira	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes	Deputado Municipal
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Deputado Municipal
Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Felisberto Ribeiro Almeida	Deputado Municipal



GONDOMAR
é D ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Fernando Alcício Barreira Morais	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira	Deputado Municipal
Isidro Ferreira de Sousa	Deputado Municipal
Ivo Daniel Moreira Capas	Deputado Municipal
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
José António da Silva Macedo	Deputado Municipal
José Manuel Soares de Andrade	Deputado Municipal
João Pedro Rodrigues de Sousa	Deputado Municipal
José António da Silva Monteiro	Deputado Municipal
Licínio dos Anjos Bandeira e Silva	Deputado Municipal
Luís Afonso da Silva Pinto da Costa	Deputado Municipal
Manuel António Leite dos Santos	Deputado Municipal
Margarida Maria Oliveira da Silva	Deputado Municipal
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Mário Fernando Soares Filipe	Deputado Municipal
Marta Filipa Brito da Fonseca	Deputado Municipal
Nélson Jorge Sousa Neves	Deputado Municipal
Nuno Miguel Peixoto da Silva	Deputado Municipal
Nuno Miguel Ribeiro Coelho	Deputado Municipal
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Deputado Municipal
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira	Deputado Municipal
Rui da Mota Correia	Deputado Municipal
Rui Manuel Lourido Nóvoa	Deputado Municipal
Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia	Deputado Municipal
Sérgio Miguel Vieira Bastos	Deputado Municipal

Quadro 1: Constituição Assembleia Municipal no mandato 2013-2017



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

A partir de 24 de Outubro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017:

Nome	Função
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente da Assembleia Municipal
Fernando Alcício Barreira Morais	Deputado Municipal
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
Manuel António Leite dos Santos	Deputado Municipal
Maria Leonor Almeida Alves Ferreira	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Ana Catarina de Sousa Pão Trigo	Deputado Municipal
Diogo Alexandre Lages Augusto	Deputado Municipal
José Manuel Cardoso Alves Pereira	Deputado Municipal
Maria Teresa Rocha de Sousa Santos	Deputado Municipal
Manuel Arnaldo Peneda Ferreira dos Santos	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes	Deputado Municipal
João Pedro Serra Soares Forte	Deputado Municipal
Elza Maria Barbosa dos Santos Silva	Deputado Municipal
Graciano Sebastião Cardoso Martinho	Deputado Municipal
David Manuel da Rocha Santos	Deputado Municipal
Maribel Santos Fernandes	Deputado Municipal
Vitor Cândido Coelho Guerra	Deputado Municipal
Mário da Rocha Gonçalves	Deputado Municipal
Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha	Deputado Municipal
Joaquim dos Santos Barbosa - <i>Substituído por Cecília Bibiana Martins da Silva</i>	Deputado Municipal
Maria Olinda Soares de Moura	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Luís Filipe Ramos Fernandes	Deputado Municipal
Joana Patrícia Fonseca Cardoso	Deputado Municipal
M ^a João de Jesus Araújo Ramos das Neves	Deputado Municipal
Telmo Afonso da Mota Viana	Deputado Municipal
Valentina Sanchez Silva	Deputado Municipal
Manuel Fernando Martins Marques	Deputado Municipal



Bruno Miguel Alves Pacheco	Deputado Municipal
Tiago Margarido Silva Carvalho	Deputado Municipal
Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira	Deputado Municipal
Francisco Alves Laranjeira	Deputado Municipal
Rui da Mota	Deputado Municipal
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Deputado Municipal
Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira	Deputado Municipal
Isidro Ferreira de Sousa	Deputado Municipal
António José Ribeiro Braz	Deputado Municipal
Manuel José Santos Paiva	Deputado Municipal

Quadro 2: Constituição Assembleia Municipal no mandato 2017-2021

b) Câmara Municipal

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Câmara Municipal nos dois mandatos autárquicos que existiram durante o ano de 2017.

De 1 de Janeiro de 2017 a 23 de outubro de 2017:

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
Carlos Alberto Silva Brás	Vereador
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão	Vereadora
Hélder Vasco dos Santos Figueiredo	Vereador
Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho	Vereadora
Rui Ferreira de Espinheira Quelhas	Vereador
Rosalina Sofia Neves Martins	Vereadora
Joaquim dos Santos Barbosa	Vereador

Quadro 3: Relação dos vereadores até 23 de Outubro de 2017



De 24 de Outubro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017:

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
Carlos Alberto Silva Brás	Vereador
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Sandra Eunice Ramos de Almeida	Vereadora
Valentim dos Santos de Loureiro	Vereador
Leonel Arcanjo Neves Viana	Vereador
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Vereador
José António da Silva Pinto	Vereador
Rafael Gomes Amorim	Vereador

Quadro 4: Relação dos Vereadores de 24 de Outubro a 31 de Dezembro de 2017

4) Estrutura Orgânica do Município

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar consta do Despacho nº 3654-A/2014 publicado em Diário da Republica no dia 7 de março de 2014, nos seguintes termos:

Serviços de Assessoria e Apoio	Gabinete de Apoio à Presidência
	Gabinete de Apoio à Vereação
	Gabinete de Órgãos Autárquicos
	Divisão de Proteção Civil e Segurança
	Gabinete de Apoio às Freguesias
	Gabinete de Estudos Estratégicos
	Gabinete de Auditoria Interna
	Gabinete de Imprensa e Comunicação
	Gabinete de Tecnologias da Informação
	Gabinete de Protocolo e Relações Públicas

Quadro 5: Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Gondomar



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Unidades orgânicas

Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa
Departamento Jurídico e de Fiscalização
Departamento de Obras Municipais
Divisão Operacional de Administração Direta
Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento
Divisão de Desenvolvimento Económico
Divisão de Aquisições e Contratação Pública
Departamento do Urbanismo
Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
Divisão de Recursos Humanos
Divisão da Juventude e Tempos Livres
Divisão de Espaços Públicos e Dinamização
Divisão da Cultura
Divisão de Educação, Formação e Emprego
Divisão de Intervenção Educacional e Saúde
Divisão da Habitação Social
Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos
Divisão Financeira e Contabilidade
Divisão de Desenvolvimento Social
Divisão de Desenvolvimento Ambiental

Quadro 6: Unidades orgânicas da Câmara Municipal de Gondomar



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

5) *Análise Orçamental*

a) Execução Global do Orçamento

No ano de 2017, a receita cobrada foi de 69.423.070,85 euros que, acrescida do saldo inicial no valor de 3.075.243,22 euros, perfaz o montante global de 72.498.314,07 euros.

A despesa realizada no ano de 2017 foi de 72.486.447,95 euros, pelo que o valor do saldo que passa para a Gerência seguinte é 11.866,12 euros.

Valores em euros

Receita	Montante Receita	%	Despesa	Montante Despesa	%
Saldo Gerência Anterior	3.075.243,22 €	4,24%	Despesa Corrente	58.144.836,03 €	80,20%
Receita Corrente	64.958.001,19 €	89,60%	Despesa de Capital	14.341.611,92 €	19,78%
Receita de Capital	4.465.069,66 €	6,16%	Saldo de Gerência	11.866,12 €	0,02%
Total	72.498.314,07 €	100,00%	Total	72.498.314,07 €	100,00%

Quadro 7: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 89,06% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 80,20% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 6.813.165,16 euros, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

É de salientar que em 2017 se optou por integrar o saldo de gerência o valor de 2.871.451,89 €, por corresponder às necessidades detectadas nessa altura.

Valores em euros

Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	64.958.001,19 €
Despesa Corrente (2)	58.144.836,03 €
Poupança corrente (1) - (2)	6.813.165,16 €

Quadro 8: Equilíbrio Orçamental



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

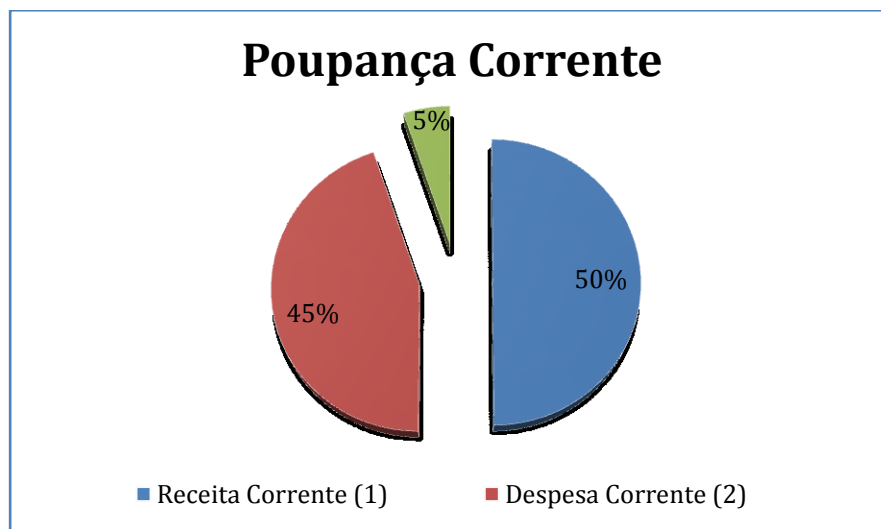


Gráfico 1: Poupança Corrente

Por seu turno, a LFL, estipula no nº 2 do seu artigo 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Regra que também se cumpriu, como se pode verificar no quadro abaixo:

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente	64.958.001,19 €
Despesas Correntes (1)	58.144.836,03 €
Amortização Média Empréstimos (2)	3.687.613,86 €
Soma (1) + (2)	61.832.449,89 €

Quadro 9: Equilíbrio Orçamental RFALEI



Equilíbrio corrente RFALEI

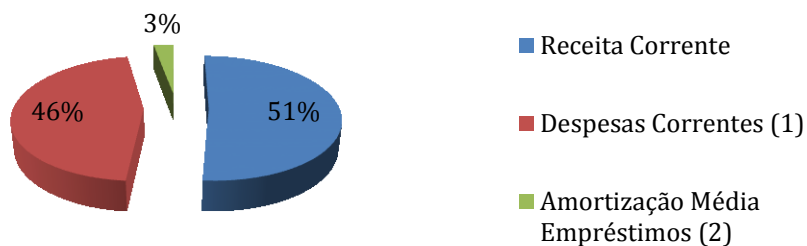


Gráfico 2: Equilíbrio Corrente

b) Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos:

Valores em euros		
	Receita	Despesa
Execução Orçamental	74,76%	75,78%

Quadro 10: Execução Orçamental

A execução da despesa é superior à da receita, devido ao excedente de tesouraria no final do ano 2016 decorrente dos recebimentos de verbas provenientes do Programa POLIS em atraso e aos retroactivos de impostos directos a favor do Município.

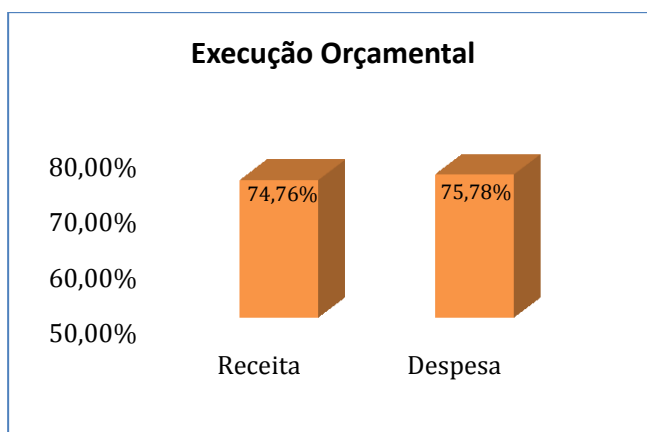


Gráfico 3: Execução Orçamental



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

c) Receita

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (33,91%) e as “Transferências Correntes” (37,66%), à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos:

Valores em euros		
Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	24.585.316,41 €	33,91%
Impostos indiretos	1.086.866,44 €	1,50%
Taxas, multas e outras penalidades	2.033.289,34 €	2,80%
Rendimentos da propriedade	1.738.142,68 €	2,40%
Transferências correntes	26.096.670,06 €	37,66%
Venda de bens e serviços correntes	9.240.019,28 €	12,75%
Outras receitas correntes	172.687,42 €	0,24%
Venda de bens de investimento	126.976,14 €	0,18%
Transferências de capital	4.110.831,13 €	5,67%
Passivos financeiros	- €	0,00%
Outras receitas de capital	227.262,39 €	0,31%
Reposições não abatidas nos pagamentos	5.009,56 €	0,01%
Saldo da gerência anterior	3.075.243,22 €	4,24%
Totais	72.498.314,07 €	100,00%

Quadro 11: Principais rubricas da Receita

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:



Valores em euros

Rubrica	2017	2016	2015	2014	2013
Impostos diretos	24.585.316,41 €	22.355.478,70 €	21.066.329,53 €	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €

Quadro 12: Evolução dos impostos diretos

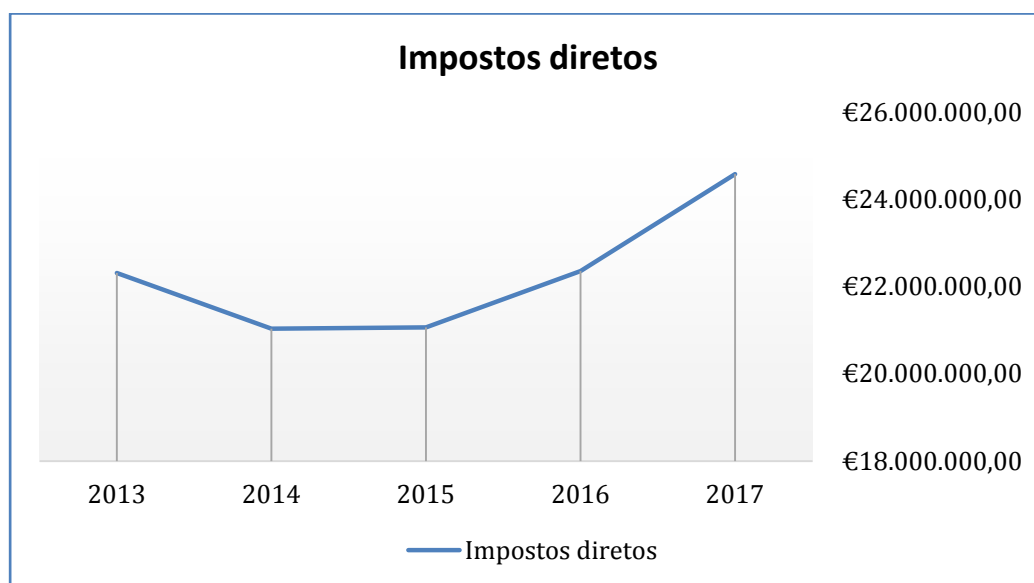


Gráfico 4: Evolução dos impostos diretos

Em 2017 verificou-se um acréscimo face aos valores dos anos anteriores que fundamentalmente se deve ao aumento de receitas oriundas do IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis.

Valores em euros

Impostos	2017	2016	2015	2014	2013
IMI	14.254.821,76 €	14.290.735,57 €	14.355.824,40 €	14.082.178,61 €	14.811.269,71 €
IUC	3.285.057,82 €	3.082.219,09 €	3.027.234,69 €	3.109.058,18 €	3.401.355,40 €
IMT	4.456.842,74 €	2.584.835,07 €	2.201.213,91 €	2.155.249,80 €	1.999.441,46 €
Derrama	2.574.128,91 €	2.393.428,40 €	1.479.885,90 €	1.667.000,62 €	2.090.433,55 €
Impostos abolidos	14.465,18 €	4.260,57 €	2.170,63 €	26.008,59 €	9.969,40 €
TOTAL	24.585.316,41 €	22.355.478,70 €	21.066.329,53 €	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €

Quadro 13: Receitas dos impostos

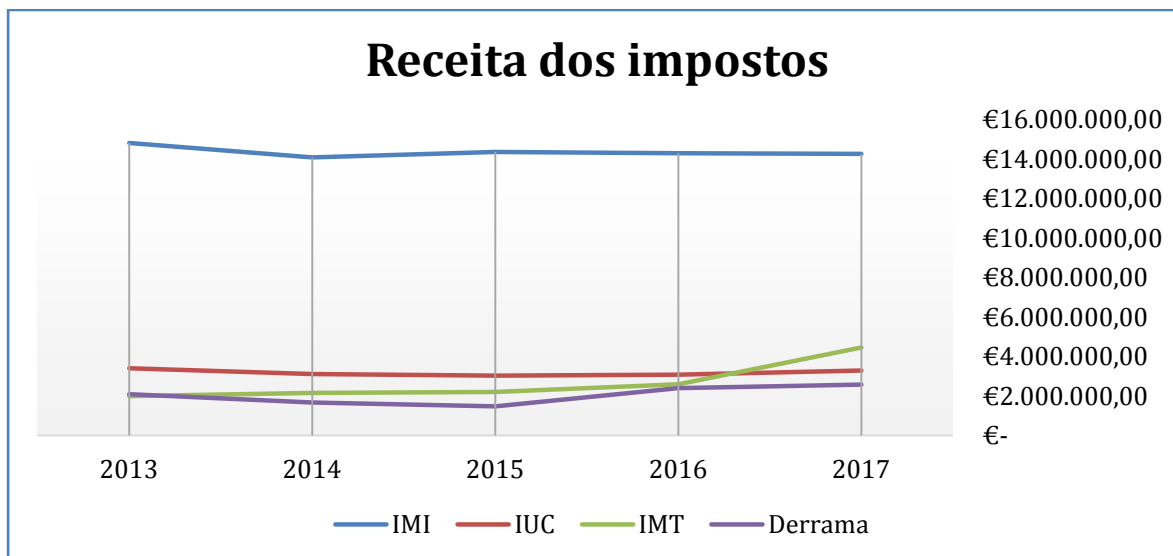


Gráfico 5: Evolução das receitas dos impostos

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

Designação	Valores em euros				
	2017	2016	2015	2014	2013
Transferências correntes	26.096.670,06 €	25.110.640,53 €	24.872.812,98 €	22.498.627,39 €	24.024.070,00 €

Quadro 14: Evolução das transferências correntes

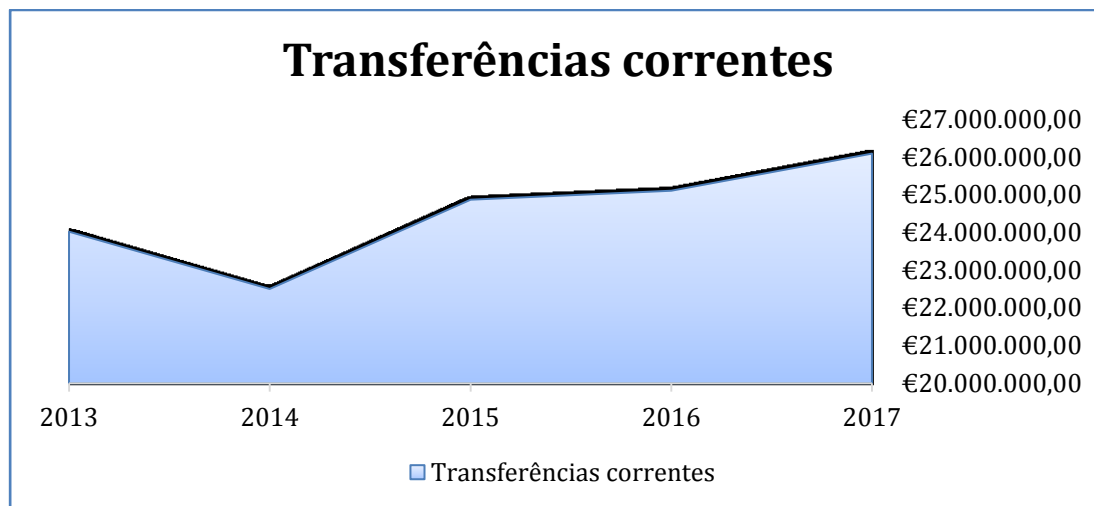


Gráfico 6: Transferências correntes

Detalhando pelas diferentes rubricas:

Valores em euros

Rubrica	2017	2016	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	9.948.983,00 €	9.065.781,33 €	9,7%
Fundo Social Municipal (FSM)	2.278.209,00 €	2.278.209,00 €	0,0%
Participação Fixa no IRS	5.298.762,00 €	5.637.824,00 €	-6,0%
Educação - Transferências	8.316.280,22 €	8.128.826,20 €	2,3%
Estado-Part. Proj. co-financiados	254.435,84 €	0.00	

Quadro 15: Tipologia das transferências



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

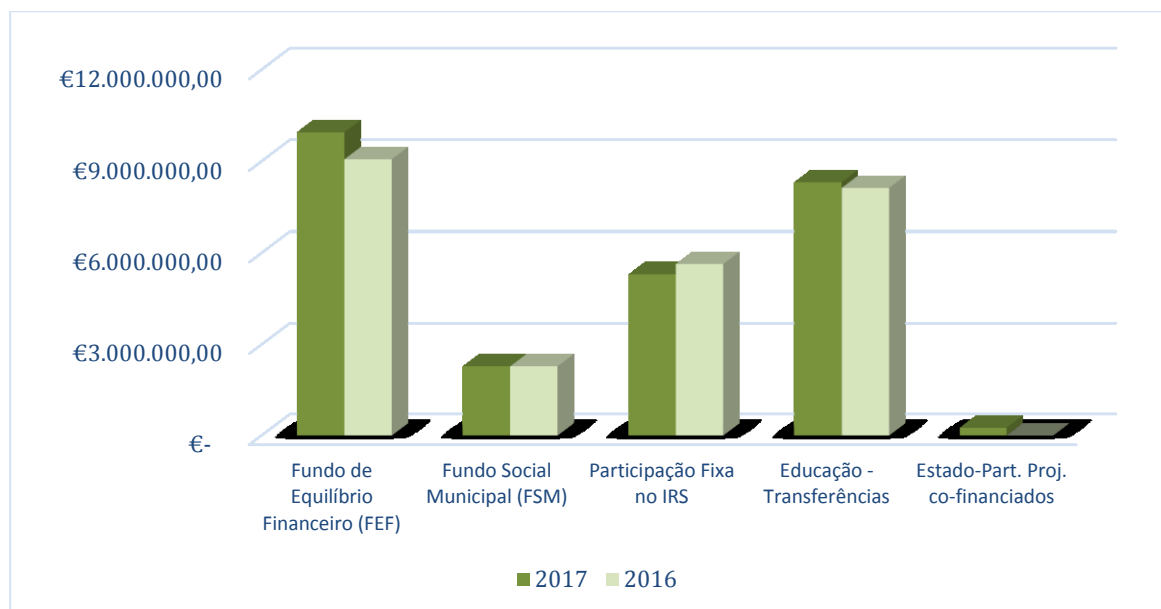


Gráfico 6: Transferências do Orçamento de Estado



Despesa

No ano de 2017 a despesa total paga foi de 72.486.447,95 euros, o que representa uma taxa de execução de 75,78%.

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	77,115.36	45,648.23	59.19%
Operações Financeiras	4,155,606.00	4,155,483.09	99.997%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	17,005,850.48	15,172,580.76	89.22%
Proteção Civil e Segurança	1,285,254.00	1,160,244.05	90.27%
Gabinete de Estudos Estratégicos	73,563.16	68,677.84	93.36%
Gabinete de Imprensa e Comunicação	78,007.00	20,220.56	25.92%
Gabinete de Tecnologias de Informação	1,164,435.45	605,502.50	52.00%
Gabinete de Protocolo e Relações Públicas	34,789.00	23,466.16	67.45%
Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização	1,044,464.00	891,130.55	85.32%
Departamento Jurídico e de Fiscalização	504,563.00	443,014.25	87.80%
Núcleo de Fiscalização	247,018.00	219,600.86	88.90%
Departamento de Obras Municipais	13,569,223.07	5,331,839.23	39.29%
Divisão Operacional de Administração Direta	2,578,566.84	2,125,356.44	82.42%
Divisão de Mobilidade Trânsito e Gestão de Obras	122,712.00	94,788.11	77.24%
Departamento de Planeamento Desenvolvimento Estratégico e Equipamento	404,084.00	354,042.77	87.62%
Divisão de Desenvolvimento Económico	1,339,853.00	761,411.84	56.83%
Divisão de Aquisições e Contratação Pública	347,106.00	263,369.48	75.88%
Setor de Equipamento	2,148,674.00	1,502,908.14	69.95%
Departamento de Urbanismo	1,057,847.00	860,275.23	81.32%
Divisão de Recursos Humanos	2,314,239.00	2,225,701.79	96.17%
Divisão da Juventude e Tempos Livres	210.400,00 €	91.908,12 €	43.68%
Gabinete de Gestão das Casas de Juventude	278.187,00 €	250.179,51 €	89.93%
Gabinete de Dinamização da Juventude e Tempos Livres	3.835,00 €	200,00 €	5.22%
Divisão de Espaços Públicos e Dinamização	629.600,00 €	484.820,37 €	77.00%
Gabinete de Mercados e Feiras e Eventos Promocionais	343.587,00 €	306.187,78 €	89.12%
Gabinete de Metrologia	24.873,00 €	14.764,67 €	59.36%
Divisão de Cultura	1.877.391,00 €	1.492.221,49 €	79.48%
Gabinete de Arquivo Municipal e Património Cultural	15.500,00 €	3.384,00 €	21.83%
Divisão de Educação, Formação e Emprego	1.360.276,00 €	932.894,82 €	68.58%
Gabinete de Gestão de Equipamentos e Recursos	12.913.640,14 €	10.311.153,01 €	79.85%
Divisão de Intervenção Educacional e Saúde	286.386,00 €	172.676,47 €	60.30%
Divisão de Habitação Social	754.569,00 €	720.328,38 €	95.46%
Gabinete de Gestão e Manutenção dos Imóveis Sociais	3.109.579,65 €	1.342.515,93 €	43.17%
Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos	2.619.538,00 €	2.039.925,42 €	77.87%
Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos	5.376.078,32 €	4.203.956,84 €	78.20%
Divisão Financeira e Contabilidade	2.094.749,00 €	1.938.003,08 €	92.52%
Setor de Património	988.103,00 €	580.293,29 €	58.73%
Divisão de Desenvolvimento Social	1.729.156,50 €	1.318.016,23 €	76.22%
Divisão de Desenvolvimento Ambiental	3.543.722,12 €	2.573.738,93 €	72.63%
Setor de Gestão de Resíduos e Serviços	7.940.819,00 €	7.384.017,73 €	92.99%
Total	95.652.960,09 €	72.486.447,95 €	75.78%

Quadro 16: Despesa por unidade orgânica



Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	68.822.516,55 €	58.144.836,03 €	84,49%
Despesas de Capital	26.830.443,54 €	14.341.611,92 €	53,45%
Total Geral	95.652.960,09 €	72.486.447,95 €	75,78%

Quadro 17: Despesa por natureza

A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	23 339 173,77 €	22 456 627,95 €	96,22%
Aquisição de bens e serviços	31 372 691,99 €	22 872 620,75 €	72,91%
Juros e outros encargos	236 021,00 €	236 009,48 €	100,00%
Transferências correntes	6 136 577,79 €	5 356 309,16 €	87,28%
Subsídios	232 303,00 €	- €	0,00%
Outras despesas correntes	7 505 749,00 €	7 223 268,69 €	96,24%
Aquisição de bens de capital	21 829 716,54 €	9 388 475,50 €	43,01%
Transferências de capital	1 072 142,00 €	1 033 662,81 €	96,41%
Ativos financeiros	404 984,00 €	404 984,00 €	100,00%
Passivos financeiros	3 523 601,00 €	3 514 489,61 €	99,74%
Totais	95 652 960,09 €	72 486 447,95 €	75,78%

Quadro 18: Tipos de despesa



d) Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia. No ano de 2017, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 3.750.499,09 euros, repartidos entre juros e amortização de capital.

Valores em euros	
Operações Financeiras	Valor
Juros e outros encargos	236 009,48 €
Passivos financeiros - amortização	3 514 489,61 €
Total	3 750 499,09 €

Quadro 19: Encargos com serviço da dívida

e) Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2017 se repartiram da seguinte forma:



Valores em euros

Transferências	Valor
Freguesias	1 336 298,19 €
Associações de Municípios	69 794,15 €
Outras Entidades	116 761,13 €
Administração Central (Escolas)	416 492,03 €
Instituições sem Fins Lucrativos	2 547 332,20 €
Famílias	851 977,46 €
União Europeia - Instituições	10 000,00 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	7 654,00 €
Total	5 356 309,16 €

Quadro 20: Transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	Valor
Freguesia da Lomba	98 082,86 €
Freguesia de Baguim do Monte	113 109,99 €
Freguesia de Rio Tinto	291 659,92 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	233 771,77 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	179 508,08 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	265 744,81 €
União de Freguesias de Melres e Medas	154 420,76 €

Quadro 21: Distribuição por freguesia



No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2017	2016	Variação
Areosa - Rio Tinto	123 745,79 €	121 920,44 €	1,50%
Gondomar	131 630,10 €	130 441,70 €	0,91%
Melres	101 342,70 €	100 194,13 €	1,15%
São Pedro da Cova	112 737,35 €	109 921,96 €	2,56%
Valbom	117 043,80 €	114 646,23 €	2,09%

Quadro 22: Distribuição por corporação de bombeiros

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	Valor
Cultural	330 078,50 €
Desportivo	535 726,07 €
Social	131 044,20 €
Sócio - Educativo	17 250,00 €

Quadro 23: Distribuição por natureza de apoio



f) Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2017 foi de 71,48%, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Serviços Gerais de Administração Pública	4 594 725,09 €	3 461 066,45 €	75,33%
Proteção civil e luta contra incêndios	586 500,00 €	586 500,00 €	100,00%
Educação	5 617 775,37 €	3 233 681,11 €	57,56%
Saúde	53 200,00 €	688,80 €	1,29%
Ação Social	1 064 023,50 €	716 367,73 €	67,33%
Habituação	2 219 234,65 €	759 549,87 €	34,23%
Ordenamento do território	137 899,00 €	91 635,00 €	66,45%
Saneamento	1 832 916,23 €	1 289 501,82 €	70,35%
Resíduos Sólidos	7 940 819,00 €	7 384 017,73 €	92,99%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 554 654,39 €	847 893,52 €	33,19%
Cultura	996 295,00 €	847 448,38 €	85,06%
Desporto, recreio e lazer	4 412 694,32 €	2 977 394,98 €	67,47%
Transportes e comunicações	9 153 260,97 €	2 960 511,13 €	32,34%
Comércio Turismo e Outras funções Económicas	1 233 638,60 €	685 867,08 €	55,60%
Total	42 397 636,12 €	25 842 123,60 €	71,48%

Quadro 24: Classificação funcional das GOP

As rubricas com maior peso nas Grandes Opções do Plano são “Proteção do meio ambiente e conservação da natureza”, “Transportes e comunicações” e “Educação”.



No que concerne ao Meio Ambiente, são de destacar os encargos com o serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana (Rede Ambiente), o serviço de tratamento de resíduos sólidos (LIPOR) e a construção do Interceptor de Rio Tinto:

Valores em euros

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	Despesa
Serviço de recolha de resíduos sólidos e higiene urbana	3 928 429,55 €
Serviço de tratamento de resíduos sólidos	2 489 238,22 €
Interceptor de Rio Tinto (ETAR's de Rio Tinto e Gramido)	1 289 501,82 €

Quadro 25: Composição da proteção do ambiente

Quanto à área da Educação, destacam-se as seguintes despesas como tendo sido as mais relevantes em 2017, sem prejuízo das diversas intervenções em edifícios escolares, as mais relevante das quais ainda em curso:

Valores em euros

Educação	Despesa
Programa de Auxílios Económicos	180 134,53 €
Escolas - Apoio ao funcionamento	227 655,26 €
Programa - Refeições Escolares	1 544 022,36 €
Programa - Transportes Escolares	234 104,32 €
Atividades de Enriquecimento Curricular	166 935,60 €

Quadro 26: Distribuição na área da educação



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

6) Situação Económico-Financeira

a) Análise do Balanço

As informações apresentadas neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património, o qual é determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida num exercício económico.

O Balanço e o Sistema Contabilístico apresentados em anexo adequam-se ao previsto no POCAL, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2017.

A elaboração do Balanço tem por base o princípio do acréscimo, e evidencia os direitos e as obrigações a receber e a pagar em exercícios futuros.

Os dados trabalhados neste capítulo, com os quadros e os gráficos que acompanham a informação, pretendem evidenciar os dados mais importantes para a composição de cada rubrica, não podendo por isso ser confrontados com os valores finais das demonstrações financeiras.



Balanço sintético

Valores em euros

Descrição	2017	2016	Variação
Imobilizado	356.019.664,71 €	354.168.160,92 €	0,52%
Dívidas de Terceiros	5.350.741,26 €	5.500.503,66 €	-2,72%
Disponibilidades	3.737.676,91 €	6.394.278,71 €	-41,55%
Acréscimos e diferimentos	616.878,71 €	2.247.290,22 €	-72,55%
Ativo	365.724.961,59 €	368.310.233,51 €	-0,70%
Património	178.976.163,80 €	178.720.023,80 €	0,14%
Reservas e doações	10.962.895,63 €	4.892.670,51 €	124,07%
Resultados transitados	4.904.823,13 €	6.314.124,22 €	-22,32%
Resultado líquido do exercício	- 2.151.598,53 €	- 1.409.301,09 €	52,67%
Fundos Próprios	192.692.284,03 €	188.517.517,44 €	2,21%
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	81.559.305,29 €	85.080.587,80 €	-4,14%
Provisão para riscos e encargos	2.609.706,82 €	11.459.427,93 €	-77,23%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	15.843.513,12 €	13.601.421,48 €	16,48%
Acréscimos e diferimentos	73.020.152,33 €	69.651.278,86 €	4,84%
Passivo	173.032.677,56 €	179.792.716,07 €	-3,76%

Quadro 27: Balanço sintético

Numa breve análise do quadro acima, salientam-se os seguintes dados:

- Houve uma redução significativa nas Provisões para Riscos e Encargos por via da resolução do processo judicial sobre o Fundo Social Europeu;



- Ainda assim o custo efectivo do processo no montante de 6.279.987,55 € acrescido das custas judiciais do processo, pesou para que o Resultado Líquido do Exercício fosse negativo;
- Esse facto, apesar de positivo fez diminuir as disponibilidades de tesouraria nestes exercícios mas, sem onerar exercícios futuros;
- A descida na rubrica de terceiros, deve-se fundamentalmente ao pagamento em 2017 do valor em dívida referente ao Programa URBAN de Gondomar que se encontravam retidos derivados do processo referente ao Fundo de Coesão anteriormente explicado.

Nos quadros seguintes, serão decompostas cada uma das rubricas do balanço para uma análise mais detalhada.

b) Imobilizado

Preconiza o POCAL no ponto 4- Critérios de Valorimetria:

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

"4.1 - Imobilizações

4.1.1 - O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os respectivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período, sem prejuízo das excepções expressamente consignadas.

4.1.2 - Considera-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa e indirectamente para o colocar no seu estado actual.

4.1.3 - Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Os custos de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

4.1.4 - Quando se trate de activos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).



Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objecto de uma grande reparação assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

4.1.5 - No caso de inventariação inicial de activos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, aplica-se o disposto no número anterior.

4.1.6 - No caso de transferências de activos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 4.1.4.

4.1.7 - Os bens de domínio público são incluídos no activo imobilizado da autarquia local responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afectos à sua actividade operacional.

A valorização destes bens será efectuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, devendo nos casos restantes aplicar-se o disposto no n.º 4.1.6.

4.1.8 - As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

4.1.9 - Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

4.1.10 - Quando à data do balanço os elementos do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objecto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

4.1.11 - Como regra geral, os bens de imobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.

4.1.12 - Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respectivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes. “



No que respeita às amortizações efectuadas aos bens do Património Municipal, a mesma disposição legal prevê, no ponto 2.7.2:

“2.7.2 - Amortizações

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do activo imobilizado sujeitos a depreciação ou a deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei. A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do activo imobilizado corpóreo adquirido em 2.ª mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada. “

Dentro destes critérios que vêm sendo aplicados ao longo dos exercícios económicos, os movimentos em contas de imobilizado foram os que se apresentam nos quadros anexos seguintes:

Domínio Público

Valores em euros			
Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	5.613.716,30 €		5.613.716,30 €
Edifícios	958.826,80 €	140.505,25 €	818.321,55 €
Outras construções e infraestruturas	208.459.928,80 €	156.922.618,74 €	51.537.310,06 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €		137.506,23 €
Outros bens de domínio público	7.679.949,45 €	2.007.685,80 €	5.672.263,65 €
Imobilizações em curso bens de domínio público	5.901.131,99 €		5.901.131,99 €
Adiantamentos por conta bens de domínio público			- €
	228.751.059,57 €	159.070.809,79 €	69.680.249,78 €

Quadro 28: Imobilizado do domínio público



Imobilizado corpóreo

Valores em euros

Descrição	Saldo Inicial	Amortizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	44.088.273,23 €		44.088.273,23 €
Edifícios e outras construções	276.627.477,12 €	44.161.174,26 €	232.466.302,86 €
Equipamento básico	4.458.236,57 €	3.460.075,17 €	998.161,40 €
Equipamento transporte	2.795.611,13 €	2.235.517,81 €	560.093,32 €
Ferramentas e utensílios	619.747,10 €	432.038,11 €	187.708,99 €
Equipamento administrativo	5.120.715,24 €	4.116.122,75 €	1.004.592,49 €
Taras e vasilhame			- €
Outras imobilizações corpóreas	5.163.205,56 €	4.276.934,42 €	886.271,14 €
Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	2.457.653,77 €		2.457.653,77 €
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	- €		- €
	341.330.919,72 €	58.681.862,52 €	282.649.057,20 €

Quadro 29: Imobilizado corpóreo



Investimentos Financeiros

Valores em euros

Descrição	Saldo Inicial	Ajustamento	Saldo Final
Partes de capital	842.689,01 €	371,15 €	842.317,86 €
Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	2.847.639,87 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €
Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €
Títulos de dívida pública	- €	- €	- €
Outros títulos	- €	- €	- €
Imobilizações em curso investimentos financeiros	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta investimentos financeiros	- €	- €	- €
	3.690.328,88 €	371,15 €	3.689.957,73 €

Quadro 30: Investimentos financeiros

Relativamente ao imobilizado, o processo de inventariação do património municipal da Autarquia encontra-se em permanente atualização, sendo que são regularmente efetuadas verificações da situação do imobilizado, bem como atualizados os processos nas entidades externas competentes, como a Autoridade Tributária e a Conservatória do Registo Predial.



c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros no final do ano decompõem-se da seguinte forma:

Valores em euros	
Designação	Valor
Ocupação da via pública	10.550,90 €
Publicidade	45.997,65 €
Impostos indiretos - Outros	1.854,59 €
Taxas - Outras	568,67 €
Publicações e impressos	1,23 €
Produtos alimentares e bebidas	414.240,69 €
Aluguer de espaços e equipamentos	10.485,41 €
Resíduos sólidos	971.980,15 €
Mercados e feiras	37.660,39 €
Outros	61.065,20 €
Outras	361,53 €

Quadro 31: Dívidas de terceiros

De referir a rubrica Resíduos Sólidos se referem a valores faturados e não cobrados ao longo da concessão atribuída à empresa Águas de Gondomar, SA. Para este montante foram constituídas provisões pela antiguidade desses montantes não cobrados.

d) Disponibilidades

A 31 de dezembro de 2017, o montante em caixa foi de 28.562,20 euros, sendo o valor em numerário de 9.708,10 euros e o valor em cheques recebidos, por depositar, de 18.854,10 € euros.

O saldo depositado em instituições bancárias ficou fixado em 3.709.114,71 euros.



e) Proveitos Diferidos

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a comparticipações de investimentos amortizáveis.

São incluídos também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2006.

Os movimentos do ano incluem as comparticipações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.

Valores em euros

Programas - Descrição	Comp. recebida 2017	Total Programa	Amortizações Acumuladas	Total Liquido	2017
Biblioteca Municipal	- €	1 154 454,00 €	173 168,12 €	981 285,88 €	14 430,68 €
Programa POLIS	- €	8 918 484,30 €	2 675 545,32 €	6 242 938,98 €	445 924,22 €
Programa PER	- €	869 131,67 €	141 233,93 €	727 897,74 €	10 864,15 €
Programa Pro-Habita	- €	7 590 123,80 €	794 823,20 €	6 795 300,60 €	94 876,55 €
URBAN II	- €	2 736 502,78 €	757 986,80 €	1 978 515,98 €	72 950,89 €
ON- Operação Norte	- €	5 936 935,19 €	1 365 722,77 €	4 571 212,42 €	164 685,67 €
POA Programa Operacional do Ambiente	- €	787 616,98 €	393 808,50 €	393 808,48 €	39 380,85 €
Habitação Social D.L. 226/87	- €	1 352 485,60 €		1 164 271,00 €	18 821,46 €
QREN	- €	23 550 167,99 €	2 825 414,72 €	20 724 753,27 €	645 594,03 €
Requalificação Rede Escolar - DREN	- €	11 667 825,13 €	712 992,53 €	10 954 832,60 €	145 847,81 €
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN	- €	671 635,34 €	41 278,77 €	630 356,57 €	8 854,97 €
Regulação da Iluminação pública	- €	700 000,00 €	345 625,00 €	354 375,00 €	87 500,00 €
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais	- €	963 343,44 €	97 181,77 €	866 161,67 €	32 666,66 €
Portugal 2020	2 388 371,07 €	2 461 811,07 €	143 801,05 €	2 318 010,02 €	143 801,05 €
OVERBOOKING	3 946 708,76 €	3 946 708,76 €	192 156,70 €	3 754 552,06 €	192 156,70 €
	6 335 079,83 €	73 307 226,05 €	10 660 739,18 €	62 458 272,27 €	2 118 355,69 €

Quadro 32: Mapa dos Subsídios ao Investimento



f) Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica registam-se os proveitos referentes a Dezembro de 2017, mas que se traduzirão em receita no ano de 2018.

Valores em euros	
Componente	Ano 2017
Impostos	616.878,71 €

Quadro 33: Distribuição dos acréscimos de proveitos

g) Acréscimos de Custos

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2017 a liquidar no exercício de 2018, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, dos quais se destacam as seguintes rubricas:

Valores em euros	
Componente	Ano 2017
Seguros a liquidar	934,86 €
Remunerações a liquidar	2 817 833,22 €
Juros a liquidar	31 935,09 €
Outros acréscimos de custos	947 100,24 €

Quadro 34: Distribuição dos acréscimos de custos



h) Dívidas de Médio e Longo Prazo

Da análise das componentes de médio e longo prazo temos duas rubricas que se descrevem no quadro seguinte:

Valores em euros				
Descrição	2017	2016	2015	2014
Dívidas a instituições de crédito	37.120.598,23 €	40.635.087,84 €	44.062.831,60 €	47.495.068,90 €
Credores de médio e longo prazo - EDP	48.032.249,95 €	49.189.301,47 €	50.825.937,19 €	52.414.927,75 €
TOTAL	85.152.848,18 €	89.824.389,31 €	94.888.768,79 €	99.909.996,65 €

Quadro 35: Dívidas de médio e longo prazo

Nota: Para efeitos de elaboração do quadro acima foram considerados os montantes totais relativos às dívidas a instituições financeiras e à EDP, ao contrário do apresentado no Balanço em que está desagregado o montante de curto prazo para as dívidas a instituições financeiras.

A evolução desde 2014 das componentes de médio e longo prazo pode ser verificada no seguinte gráfico:

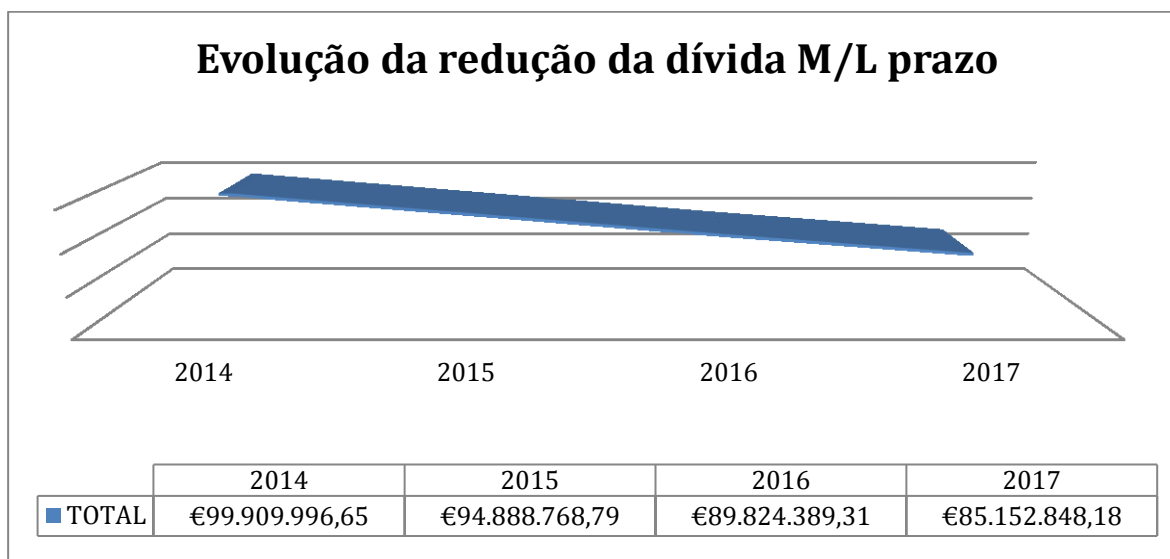


Gráfico 7: Evolução da dívida de médio e longo prazo



i) Dívidas de Curto prazo

Relativamente à componente de Dívidas de curto prazo, descreve-se no quadro seguinte:

Valores em euros		
Descrição	2017	2016
Fornecedores	3.840.796,87 €	3.033.402,16 €
Fornecedores de imobilizado	2.715.869,04 €	448.208,02 €
Estado e outros entes públicos	426.819,66 €	291.987,70 €
Outros credores	1.863.171,36 €	1.446.867,86 €

Quadro 36: Dívidas de curto prazo

Por se tratar de uma rubrica de curto prazo e como tal suscetível de bastantes flutuações não se ilustra graficamente, nem será pertinente a análise da variação percentual entre anos.

É no entanto importante realçar que na rubrica Estado e outros entes públicos, está incluído uma parcela respeitante Operações de Tesouraria, no montante de 139.045,16 euros referente a faturação das Rendas de Habitação Social, cuja receita foi cedida por 20 anos a duas instituições financeiras. Como em 2017 o Município de Gondomar passou a emitir faturas referentes às rendas de habitação social no último dia de cada mês, este valor apenas foi cobrado e entregue às instituições financeiras em janeiro de 2018.

Na elaboração do mapa acima foram excluídos os valores relativos ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o montante que está registado em Garantias e Cauções.



7) Análise da Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2017:

Valores em euros

DESCRIÇÃO	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Custos e Perdas			
Fornecimentos e serviços externos	24.312.673,80 €	22.107.243,37 €	9,98%
Custos com o pessoal	22.884.763,97 €	22.917.734,75 €	-0,14%
Transferências e subsídios corrente	4.720.808,72 €	4.508.150,08 €	4,72%
Amortizações do exercício	18.986.952,34 €	17.871.521,27 €	6,24%
Provisões do exercício	2.082.764,24 €	312.511,37 €	566,46%
Outros custos e perdas operacionais	569.235,14 €	405.353,39 €	40,43%
Custos e perdas financeiras	242.132,53 €	264.854,47 €	-8,58%
Custos e perdas extraordinárias	1.236.880,81 €	1.173.172,48 €	5,43%
TOTAL DE CUSTOS	75.036.211,55 €	69.560.541,18 €	7,87%
Resultado líquido do exercício	- 2.151.598,53 €	- 1.409.301,09 €	52,67%
Proveitos e Ganhos			
Vendas de produtos	- €	- €	
Prestações de serviços	8.018.028,16 €	7.901.272,06 €	1,48%
Rendas	4.665.992,29 €	3.876.216,93 €	20,37%
Impostos e taxas	25.343.794,01 €	24.474.005,84 €	3,55%
Transferências e subsídios obtidos	27.357.350,48 €	26.395.606,10 €	3,64%
Proveitos e ganhos financeiros	3.577,77 €	10.302,72 €	-65,27%
Proveitos e ganhos extraordinários	7.495.870,31 €	5.493.836,44 €	36,44%
TOTAL DE PROVEITOS	72.884.613,02 €	68.151.240,09 €	6,95%

Quadro 37: Demonstração de resultados



Da análise do quadro acima podemos retirar as seguintes conclusões:

- Os Proveitos do Exercício são de 72.884.613,02 euros, tendo aumentado em 6,95% relativamente ao ano anterior;
- Para este aumento muito contribuiu a redução de provisões para processos judiciais por via da resolução de processos que se encontravam pendentes;
- Os Custos do Exercício atingiram o valor de 75.036.211,55 euros, havendo incremento de 7,87% face a 2016;
- O Resultado Líquido do Exercício foi de - 2.151.598,53 euros.

Tal como foi feito para o Balanço, a seguir apresenta-se a decomposição de cada uma das rubricas para uma análise mais detalhada.

De referir que os valores que se expõe nos quadros abaixo são contabilizados de acordo com a alínea c) do ponto 3.2 do POCAL que se refere ao Princípio da especialização (ou do acréscimo). De acordo com este preceito legal os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem



a) Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos, registados em 2017, decompõem-se da seguinte forma, nas componentes mais significativas:

Valores em euros

Designação	2017	2016	Variação
Eletricidade	4.331.576,21 €	3.411.720,40 €	26,96%
Combustíveis	975.182,61 €	1.104.312,97 €	-11,69%
Água	911.710,86 €	778.253,34 €	17,15%
Material de escritório	75.802,25 €	99.312,88 €	-23,67%
Rendas e alugueres	399.440,15 €	340.524,21 €	17,30%
Comunicação	152.446,08 €	204.947,03 €	-25,62%
Seguros	295.946,45 €	39.189,10 €	655,18%
Conservação e reparação	1.826.182,34 €	2.089.273,92 €	-12,59%
Publicidade e propaganda	499.550,74 €	177.663,94 €	181,18%
Limpeza das instalações	441.730,64 €	350.604,50 €	25,99%
Limpeza Urbana	1.157.043,02 €	1.249.427,06 €	-7,39%
Resíduos Urbanos	1.595.427,20 €	1.725.309,84 €	-7,53%
Recolha seletiva	1.194.670,87 €	1.266.754,93 €	-5,69%
Trabalhos especializados	1.871.099,37 €	1.585.070,02 €	18,05%
Tratamento de resíduos sólidos	2.465.145,35 €	2.633.030,34 €	-6,38%
Transportes Escolares	264.031,44 €	281.755,55 €	-6,29%
Encargos de cobrança	528.670,81 €	561.044,77 €	-5,77%
Atividades culturais e turísticas	504.827,71 €	257.195,07 €	96,28%
Atividades desportivas	1.003.928,19 €	446.028,79 €	125,08%
Atividades educativas	456.750,75 €	359.082,95 €	27,20%
Refeitórios	1.336.304,55 €	1.649.131,58 €	-18,97%
Fornecimentos e serviços diversos	1.282.734,03 €	1.144.753,34 €	12,05%

Quadro 38: Fornecimentos e serviços externos



b) Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais

A rubrica Transferência e Subsídios Correntes, registados em 2017 pelo valor total de, decompõe-se da seguinte forma, nas suas componentes mais relevantes:

Valores em euros			
Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Freguesias - Protocolos	1 226 536,73 €	1 230 000,00 €	-0,28%
Freguesias - Outros	109 761,46 €	69 441,80 €	58,06%
Associações - Apoios Pecuniários	2 596 236,93 €	2 257 719,46 €	14,99%
Escolas	383 734,05 €	551 658,40 €	-30,44%
Ação Social - famílias	404 139,55 €	388 670,59 €	3,98%
Outros - famílias	400,00 €	2 000,00 €	-80,00%

Quadro 39: Composição das transferências correntes

c) Custos com pessoal

Os custos com o pessoal que foram contabilizados no exercício de 2017, decompondo-se da seguinte forma, nas suas componentes mais significativas:

Valores em euros			
Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	242 374,12 €	243 179,67 €	-0,33%
Remunerações do pessoal	17 310 231,37 €	17 286 412,06 €	0,14%
Pensões	27 136,92 €	44 113,77 €	-38,48%
Outras remunerações	93 584,35 €	93 416,04 €	0,18%
Encargos sobre remunerações	3 709 177,37 €	3 723 110,41 €	-0,37%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	349 651,95 €	377 914,74 €	-7,48%
Outros custos com o pessoal	1 152 607,89 €	1 149 588,06 €	0,26%

Quadro 40: Custos com pessoal



d) Amortizações do exercício

As amortizações de bens do imobilizado, apuradas de acordo com as regras do POCAL e do CIBE-Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, estão compostas da seguinte forma:

Valores em euros

Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Edifícios e outras construções	4.076.819,76 €	3.956.901,94 €	3,03%
Equipamento básico	302.903,92 €	316.877,58 €	-4,41%
Equipamento de transporte	89.073,56 €	77.553,84 €	14,85%
Ferramentas e utensílios	56.640,57 €	33.572,51 €	68,71%
Equipamento administrativo	350.922,44 €	326.383,25 €	7,52%
Outras imobilizações corpóreas	242.252,31 €	256.792,32 €	-5,66%
Edifícios	12.342,07 €	12.103,69 €	1,97%
Outras construções e infraestruturas	13.466.784,37 €	12.502.122,80 €	7,72%
Outros Bens do Domínio Público	389.213,34 €	389.213,34 €	0,00%

Quadro 41: Amortizações do exercício

e) Provisões do exercício

As provisões do exercício comportam os montantes necessários para fazer face às situações de risco que o Município pode incorrer e, são registadas de acordo com as regras previstas no POCAL.

No ano de 2017 atingiram o montante 2.082.764,24 euros, as quais estão detalhadas nas notas relativamente à análise do Balanço e podem decompor-se da seguinte forma.

- Provisões para cobrança duvidosa de RSU: 5.661,59 €
- Provisões para processos judiciais em curso: 2.077.102,65 €



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

f) Custos e perdas financeiros

Nos custos e perdas financeiras, destacam-se as seguintes componentes mais significativas:

Valores em euros			
Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Juros suportados	227.291,45 €	249.303,88 €	-8,83%
Outros custos e perdas financeiros	14.841,08 €	15.550,59 €	-4,56%

Quadro 42: Custos e perdas financeiras

g) Custos e perdas extraordinários

Nos custos e perdas extraordinários apurados, destacam-se as suas componentes mais significativas:

Valores em euros	
Designação	Ano 2017
Transferências de capital concedidas	1.035.691,97 €
Dívidas incobráveis	1.909,70 €
Perdas em imobilizações corpóreas	47.216,78 €
Sinistros	148.819,21 €
Correções relativas a exercícios anteriores	622,24 €

Quadro 43: Custos e perdas extraordinários

Nota: Por se tratar de uma rubrica de movimentos extraordinários e não regulares, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2016;



h) Vendas e Prestações de serviços

As vendas e serviços prestados pela Autarquia durante o exercício e 2017 estão representadas no quadro abaixo nas suas rubricas mais significativas:

Valores em euros

Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Aluguer de espaços e equipamentos	61.612,79 €	88.165,20 €	-30,12%
Serviços culturais	523,60 €	2.820,10 €	-81,43%
Serviços desportivos	1.277.294,99 €	1.282.363,23 €	-0,40%
Resíduos sólidos	5.436.899,67 €	5.279.537,82 €	2,98%
Mercados e feiras	236.562,36 €	261.196,69 €	-9,43%
Outros	239.144,97 €	234.400,36 €	2,02%
Produtos alimentares e bebidas	765.989,78 €	752.788,66 €	1,75%
Rendas - Habitações	1.067.493,39 €	1.097.208,07 €	-2,71%
Rendas - Edifícios	231.888,00 €	230.628,00 €	0,55%
Rendas - Outras	411.128,15 €	506.466,86 €	-18,82%

Quadro 44: Vendas e prestações de serviços



i) Impostos e Taxas

Os impostos e taxas cobrados pela Autarquia durante o exercício de 2017, destacam-se as seguintes rubricas no quadro seguinte:

Valores em euros

Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Imposto Municipal sobre Imóveis	14 141 970,94 €	14 529 375,36 €	-2,7%
Imposto Único de Circulação	3 269 294,85 €	3 124 652,47 €	4,6%
Imposto Municipal sobre Transações	4 176 601,64 €	2 966 073,26 €	40,8%
Derrama	2 535 540,52 €	2 360 324,06 €	7,4%
Impostos abolidos	12 870,37 €	5 875,38 €	119,1%
Impostos - Loteamentos e obras	508 699,52 €	397 841,22 €	27,9%
Impostos - Ocupação da via pública	196 718,39 €	173 364,17 €	13,5%
Impostos - Publicidade	269 443,50 €	289 173,05 €	-6,8%
Impostos - TMDP	50 090,74 €	73 547,41 €	-31,9%
Impostos - Outros	85 065,73 €	99 735,32 €	-14,7%
Taxas - Loteamentos e obras	775 568,10 €	598 614,57 €	29,6%
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1 292,50 €	541,95 €	138,5%
Taxa pela emissão do certificado de registo	968,85 €	411,33 €	135,5%
Taxa de vistoria - CAM	321,70 €	20,00 €	1508,5%
Outras	73 520,82 €	80 163,52 €	-8,3%

Quadro 45: Impostos e Taxas



j) Transferência e subsídios obtidos

As transferências e subsídios obtidos pela Autarquia durante o exercício e 2017, podem demonstrar-se no quadro seguinte que contém os valores mais significativos:

Valores em euros

Designação	Ano 2017	Ano 2016	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9 948 983,00 €	9 174 824,00 €	8,44%
Fundo Social Municipal	2 278 209,00 €	2 278 209,00 €	0,00%
Participação fixa no IRS	5 298 762,00 €	5 637 824,00 €	-6,01%
Educação - Actividades Extra curriculares	435 467,25 €	468 130,25 €	-6,98%
Educação - Pessoal não docente	4 470 526,47 €	4 348 095,18 €	2,82%
Educação - Auxílios económicos	2 919 786,85 €	2 917 376,71 €	0,08%
Educação - Outras	180 000,00 €	180 000,00 €	0,00%
Outras participações	310 499,65 €	215 224,06 €	44,27%
Transferências de capital	1 258 539,76 €	1 175 922,90 €	7,03%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - capital	1 105 443,00 €	1 019 425,00 €	8,44%
Outras Transferências de Capital obtidas	153 096,76 €	156 497,90 €	-2,17%

Quadro 46: Transferências e subsídios obtidos



k) Proveitos e ganhos financeiros

Nos Proveitos e Ganhos Financeiros, destacam-se, essencialmente, as seguintes rubricas:

Valores em euros

Designação	Ano 2017	Ano 2016
Juros e ganhos financeiros	3 577,77 €	7 122,91 €
Ganhos em empresas participadas		3 179,81 €

Quadro 47: Proveitos e ganhos financeiros

l) Proveitos e ganhos extraordinários

Nos Proveitos e Ganhos Extraordinários destacam-se, essencialmente, as rubricas do quadro abaixo:

Valores em euros

Designação	Ano 2017
Ganhos em alienação de imobilizações corpóreas	118.638,76 €
Multas	61.485,58 €
Juros de mora	102.247,35 €
Redução de provisões	4.587.706,76 €
Transferência de capital	2.118.355,69 €
Outros Proveitos e Ganhos extraordinários	407.732,12 €

Quadro 48: Proveitos e ganhos extraordinários

Nota: Por se tratar de uma rubrica de movimentos extraordinários e não regulares, não são apresentados os valores referentes ao exercício de 2016;



8) Endividamento

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e pela Lei do Orçamento de Estado.

A política financeira seguida continuou, assim, no sentido de uma redução gradual do endividamento.

Valores em euros

Anos	2017	2016	2015	2014
Total passivo curto prazo	10.358.719,30 €	8.257.464,12 €	9.008.245,68 €	9.632.109,48 €
Total passivo médio e longo prazo	81.559.305,29 €	85.080.587,80 €	89.694.383,07 €	94.866.971,09 €
Total Passivo	91.918.024,59 €	93.338.051,92 €	98.702.628,75 €	104.499.080,57 €

Quadro 49: Evolução do Endividamento

Nota: Para construção deste quadro é contabilizado todo o passivo relevante para o apuramento da dívida total, nos termos do RFLAEI, ou seja, não estão incluídas as Operações de Tesouraria e o valor contabilizado para o FAM e no passivo de curto prazo inclui a desagregação dos empréstimos bancários exigíveis em 2018, tal como está desagregado no balanço.

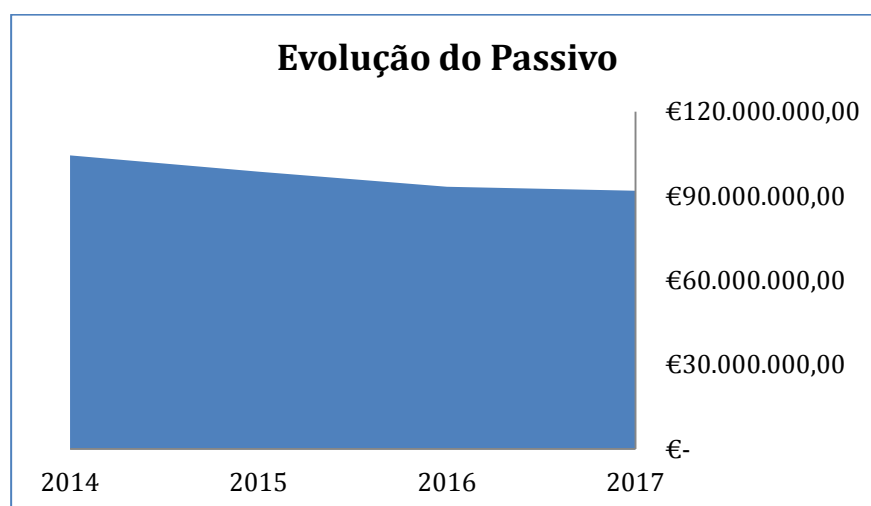


Gráfico 8: Evolução do passivo



Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), que substitui a anterior LFL, os conceitos de endividamento municipal são alterados.

Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no nº 1 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.



a) Cálculo Do Endividamento Municipal

Valores em euros

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	
Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (LFL)	
Contas do Município de Gondomar	
Fornecedores	6.558.962,91 €
Empréstimos bancários	37.120.598,23 €
Estado	7.472,57 €
Outros credores	198.740,93 €
Dívida à EDP	48.032.249,95 €
Total Dívida do Município	91.918.024,59 €
Contas das Entidades participadas	
LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	8.470.856,72 €
AdePorto - Agência de Energia do Porto	211,04 €
Turismo Porto e Norte	19.027,94 €
Associação Nacional Municípios Portugueses	498,37 €
Área Metropolitana do Porto	- €
Total Dívida Empresas Participadas	8.490.594,07 €
Endividamento Total do Município	100.408.618,66 €

Quadro 50: Cálculo do Endividamento Municipal

Note-se que à data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados e provisórios, atendendo a que na maioria das entidades o encerramento de contas é feito até 31 de Março de cada ano.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”



Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI	
Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2014	55.311.055,00 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2015	58.678.251,92 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2016	60.808.321,41 €
RECEITA MÉDIA	58.265.876,11 €

Quadro 51: Receita média dos 3 últimos exercícios

b) Redução apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 87.398.814,17 euros, determinando a 01 de janeiro de 2017 um excesso ao limite de endividamento na ordem dos 15.673.392 euros. Assim sendo, o Município de Gondomar está obrigado a reduzir 10% deste excesso, tal qual refere a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo:

“...deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido...”

Assim, a redução do excesso de endividamento efetuada em 2017 foi a seguinte:

Valores em euros

Cálculo da redução efetuada

Valor em Excesso a 01 de Janeiro de 2017	15.673.921 €	
Redução necessária em 2017	1.567.392 €	a) do nº 3 do artigo 52º do RFALEI
Valor do Excesso da Dívida Atual	13.009.804 €	
Redução efetuada - 31 de Dezembro 2017	2.664.117 €	Redução Superada

Quadro 52: Regularização do excesso de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2017 voltou a superar o mínimo necessário para a redução do excesso de endividamento.



Ainda assim, para 2018, o endividamento do Município de Gondomar está com o coeficiente de 1,72 superior ao de 1,5 que está preceituado na Lei, pelo terá de continuar este esforço de ajustamento.

9) Contabilidade de custos

A contabilidade de custos é também uma dos componentes da contabilidade autárquica, preconizada no POCAL.

Com a evolução da contabilidade e dos meios ao seu dispor torna-se necessário ser capaz de prestar cada vez mais informações sob diversas formas, respondendo de forma precisa a fins específicos solicitados pelos distintos utilizadores e em circunstâncias variadas, internos e externos, ao Município.

A vigência do POCAL, veio neste sentido, criar condições para a integração consistente da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, promovendo uma contabilidade autárquica moderna e um instrumento essencial no apoio à gestão das Autarquias Locais.

De salientar que a utilização da contabilidade de custos é obrigatória, tendo como fundamento legal o disposto 2.8.3.1 do POCAL, o qual determina que:

“A contabilidade de custos é obrigatória no apuramento do custo das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

A informação que agora se apresenta, foi elaborada numa ótica de complementaridade face à contabilidade orçamental e patrimonial, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como um confronto de valores com a contabilidade patrimonial.

Uma das diferenças substanciais é o facto da contabilidade orçamental ter por base uma ótica de caixa (recebimentos vs pagamentos), enquanto a contabilidade de custos tem por base custos e proveitos do exercício, seguindo o princípio do acréscimo, tal qual ocorre na contabilidade patrimonial.

Outro aspeto relevante, é a presença de custos indiretos na contabilidade de custos, que tendo por base o POCAL, devem ser efetuados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada pelas funções, apresenta-se o quadro seguinte:



Valores em euros

Função	Valor	Obs
Função: 111 - Administração geral	17.241.867,04 €	a)
Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios	851.894,61 €	b)
Função: 122 - Policia municipal	262.903,67 €	c)
Função: 211 - Ensino não superior	9.294.821,25 €	d)
Função: 232 - Acção social	1.292.870,73 €	g)
Função: 241 - Habitação	1.699.134,28 €	h)
Função: 242 - Ordenamento do território	164.304,38 €	i)
Função: 245 - Resíduos sólidos	4.652.422,30 €	j)
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	5.092.302,39 €	k)
Função: 250 - Serviços culturais, recreativos e religiosos	3.151,35 €	
Função: 251 - Cultura	1.604.331,86 €	l)
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	5.601.160,29 €	m)
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	538.003,61 €	n)
Função: 310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.556,02 €	o)
Função: 320 - Indústria e energia	3.274.211,29 €	
Função: 330 - Transportes e comunicações	1.048,24 €	
Função: 331 - Transportes rodoviários	589.475,45 €	p)
Função: 332 - Transportes aéreos	10,65 €	
Função: 340 - Comércio e turismo	10.676,50 €	
Função: 341 - Mercados e feiras	43.135,70 €	q)
Função: 342 - Turismo	514.353,98 €	r)
Função: 350 - Outras funções económicas	283.261,55 €	s)
Função: 420 - Transferências entre administrações	1.261.320,05 €	u)

Quadro 53: Contabilidade de Custos

Legenda:

- a) Despesas transversais a vários serviços, como por exemplo os custos com pessoal que não se podem reconhecer nas rubricas abaixo,
- b) Custos com o serviço de protecção civil e apoios às corporações de bombeiros;
- c) Despesas com o serviço de Policia Municipal,
- d) Despesas com ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico,



- e) Despesas complementares de educação,
- f) Encargos com a segurança social e subsistemas,
- g) Despesas aplicadas em ações sociais,
- h) Despesas com a habitação social,
- i) Despesas com conservação;
- j) Encargos com o tratamento de resíduos sólidos e limpeza urbana;
- k) Custos com a manutenção de espaços verdes e proteção do ambiente;
- l) Custos com os apoios e iniciativas culturais
- m) Custos com apoios e iniciativas na área desportiva
- n) Custos com apoios a atividades cívicas e religiosas
- o) Despesas com a iluminação pública
- p) Despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias
- q) Despesas inerentes aos mercados e feitas do município;
- r) Despesas de apoio à atividade turística;
- s) Despesas de apoio a atividades económicas;
- t) Despesas financeiras
- u) Transferências para as juntas de freguesia
- v) Custos não imputáveis a um atividade especificada nas alíneas anteriores

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais a várias funções, nomeadamente os Órgãos da Autarquia, o Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa, o Departamento Jurídico, o Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento, a Divisão Financeira e Contabilidade, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelos restantes serviços da autarquia, foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa.

De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas a atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as freguesias foram distribuídas pela subfunção Transferências entre Administrações.

Os encargos de juros com empréstimos bancários e outros serviços bancários foram atribuídos à subfunção Operações da dívida autárquica.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

10) Indicadores Económico- Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade.

Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a) Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 111,36%, no que se pode concluir que é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos três últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2017	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Passivo	111,36%	104,85%	97,36%	97,18%	103,86%

Quadro 54: Índice de Solvabilidade



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

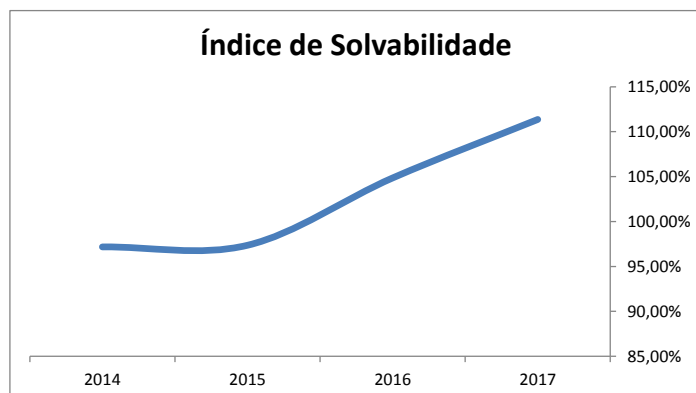


Gráfico 9: Índice de solvabilidade

b) Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 37,75% o que significa que as suas obrigações de curto prazo são superiores aos seus direitos de curto prazo.

Liquidez Geral	2017	2016	2015	2014	2013
Ativo Circulante / Passivo Circulante	37,75%	62,78%	49,26%	38,93%	95,02%

Quadro 55: Índice de liquidez geral

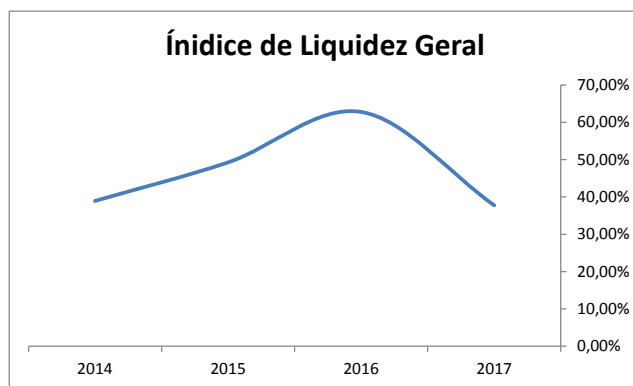


Gráfico 10: Índice de liquidez geral



c) Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 51,33%, o que representa alguma dependência de capitais alheios mas, há semelhança dos outros indicadores, também regista uma evolução positiva nos últimos anos.

Autonomia Financeira	2017	2016	2015	2014	2013
Fundos Próprios / Ativo Líquido	52,69%	51,18%	49,33%	49,28%	50,95%

Quadro 56: Grau de autonomia financeira

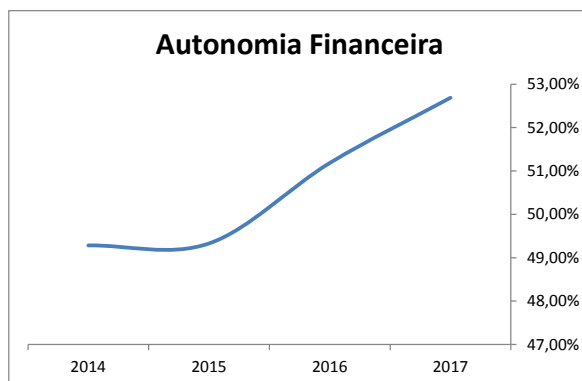


Gráfico 11: Grau de autonomia financeira

11) Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço “Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do POCAL explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido de 2017 negativo, não há lugar a aplicação de resultados.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

12) Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

13) Registo de Compromissos Plurianuais

DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, Abril de 2018

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

14) Balanço e Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.613.716,30		5.613.716,30	5.625.695,49
452	Edifícios	958.826,80	140.505,25	818.321,55	816.340,18
453	Outras construções e infra-estruturas	208.459.928,80	156.922.618,74	51.537.310,06	62.534.575,99
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	7.679.949,45	2.007.685,80	5.672.263,65	6.061.476,99
445	Imobilizações em curso	5.901.131,99		5.901.131,99	2.346.754,20
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		228.751.059,57	159.070.809,79	69.680.249,78	77.522.349,08
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91	868.639,91	400,00	400,00
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		869.039,91	868.639,91	400,00	400,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	44.088.273,23		44.088.273,23	43.544.431,25
422	Edifícios e outras construções	276.627.477,12	44.161.174,26	232.466.302,86	222.621.087,00
423	Equipamento básico	4.458.236,57	3.460.075,17	998.161,40	1.147.114,21
424	Equipamento de transporte	2.795.611,13	2.235.517,81	560.093,32	336.239,41
425	Ferramentas e utensílios	619.747,10	432.038,11	187.708,99	119.906,63
426	Equipamento administrativo	5.120.715,24	4.116.122,75	1.004.592,49	798.877,91
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	5.163.205,56	4.276.934,42	886.271,14	1.079.637,31
442	Imobilizações em curso	2.457.653,77		2.457.653,77	2.058.168,39
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				1.249.992,00
		341.330.919,72	58.681.862,52	282.649.057,20	272.955.454,11
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	842.689,01	371,15	842.317,86	842.317,86
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87		2.847.639,87	2.847.639,87
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.690.328,88	371,15	3.689.957,73	3.689.957,73
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268851	Renda de Concessão Águas de Gondomar	3.107.253,33		3.107.253,33	3.356.107,98
		3.107.253,33		3.107.253,33	3.356.107,98
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	199.592,85		199.592,85	370.791,06
212	Contribuintes, c/c	1.566.430,19		1.566.430,19	1.431.914,00
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	667.654,58	578.089,50	89.565,08	95.226,67
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	248.854,65		248.854,65	246.463,95
214 215 + 216 + 217	Outros Clientes	139.045,16		139.045,16	
4		2.821.577,43	578.089,50	2.243.487,93	2.144.395,68
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.709.114,71		3.709.114,71	6.377.032,03
111	Caixa	28.562,20		28.562,20	17.246,68
		3.737.676,91		3.737.676,91	6.394.278,71
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	616.878,71		616.878,71	2.245.497,72
272	Custos diferidos				1.792,50
		616.878,71		616.878,71	2.247.290,22
	Total das amortizações		218.621.312,22		
	Total das provisões		578.460,65		
	Total do activo	584.924.734,46	219.199.772,87	365.724.961,59	368.310.233,51

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede 2018

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede 2018

.....



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Câmara Municipal de Gondomar
BALANÇO

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
	Fundos próprios		
51	Património	178.976.163,80	178.720.023,80
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.344.269,21
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	9.530,85	
576	Doações	3.576.775,57	3.548.401,30
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	6.032.320,00	
59	Resultado transitados	4.904.823,13	6.314.124,22
88	Resultado líquido do exercício	-2.151.598,53	-1.409.301,09
		192.692.284,03	188.517.517,44
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	2.609.706,82	11.459.427,93
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	33.527.055,34	37.048.337,84
26892	Credores de médio e longo prazo - EDP	48.032.249,95	48.032.249,96
		81.559.305,29	85.080.587,80
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.593.542,89	3.586.750,00
26893	Dívida à EDP - encargo anual de curto prazo		1.157.051,51
269	Adiantamentos por conta de vendas	2.297,00	
221	Fornecedores, c/c	868.620,44	87.024,22
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.972.176,43	2.946.377,94
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.072.510,41	194.182,96
24	Estado e outros entes públicos	426.819,66	291.987,70
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	5.264.187,66	5.084.022,09
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e	643.358,63	254.025,06
		15.843.513,12	13.601.421,48
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.797.803,41	3.689.686,59
274	Proveitos diferidos	69.222.348,92	65.961.592,27
		73.020.152,33	69.651.278,86
	Total de fundos próprios e passivo	365.724.961,59	368.310.233,51

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede 2018

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede 2018



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Câmara Municipal de Gondomar
Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Custas e Perdas	Exercícios			
		2017		2016	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0,00		0,00	
616	Matérias	0,00		0,00	
62	Fornecimentos e serviços externos	24.312.673,80		22.107.243,37	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	17.552.605,49		17.529.591,73	
643 a 648	Encargos sociais	5.332.158,48	47.197.437,77	5.388.143,02	45.024.978,12
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4.720.808,72	4.720.808,72	4.508.150,08	4.508.150,08
66	Amortizações do exercício	18.986.952,34		17.871.521,27	
67	Provisões do exercício	2.082.764,24	21.069.716,58	312.511,37	18.184.032,64
65	Outros custos e perdas operacionais	569.235,14	569.235,14	405.353,39	405.353,39
	(A)		73.557.198,21		68.122.514,23
68	Custos e perdas financeiras	242.132,53	242.132,53	264.854,47	264.854,47
	(C)		73.799.330,74		68.387.368,70
69	Custos e perdas extraordinárias	1.236.880,81	1.236.880,81	1.173.172,48	1.173.172,48
	(E)		75.036.211,55		69.560.541,18
	Resultado líquido do exercício	0,00	-2.151.598,53	0,00	-1.409.301,09
			72.884.613,02		68.151.240,09
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	8.018.028,16		7.901.272,06	
713	Rendas	4.665.992,29	12.684.020,45	3.876.216,93	11.777.488,99
72	Impostos e taxas	25.343.794,01		24.474.005,84	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	27.357.350,48		26.395.606,10	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		52.701.144,49		50.869.611,94
	(B)		65.385.164,94		62.647.100,93
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.577,77	3.577,77	10.302,72	10.302,72
	(D)		65.388.742,71		62.657.403,65
79	Proveitos e ganhos extraordinários	7.495.870,31	7.495.870,31	5.493.836,44	5.493.836,44
	(F)		72.884.613,02		68.151.240,09

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-8.172.033,27	-5.475.413,30
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-238.554,76	-254.551,75
Resultados correntes (D)-(C)	-8.410.588,03	-5.729.965,05
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-2.151.598,53	-1.409.301,09

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede



GONDOMAR

é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

15) Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Gondomar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução nº 26/2013, e nº 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem duas partes distintas:

8.1 - Caracterização da entidade;

8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

No cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

a) 8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR	
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município, 4420-193 GONDOMAR	
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66	
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957	



1.3	NÚMEROS DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000	<input type="text"/>	
	Mais de 10 000 e menos de 40 001	<input type="text"/>	
	Igual ou superior a 40 000	<input checked="" type="text" value="X"/>	

2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
Data de constituição		Publicado no D.R.

3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara tem Serviços Municipalizados?		<input type="text"/> Não
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		

3.2	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva?		<input type="text"/> Não
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)		<input type="text"/> Sim

3.3	ORGANOGRAMA	
O organograma encontra-se anexo ao relatório,		

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	8.1.4
Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua actividade, nomeadamente:		
a) Equipamento rural e urbano;		
b) Energia;		
c) Transportes e comunicações;		
d) Educação;		
e) Património, cultura e ciência;		
f) Tempos livres e desporto;		
g) Saúde;		
h) Ação social;		
i) Habitação;		
j) Proteção civil;		
k) Ambiente e saneamento básico;		
l) Defesa do consumidor;		
m) Promoção do desenvolvimento;		
n) Ordenamento do território e urbanismo;		
o) Polícia municipal;		
p) Cooperação externa.		



5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO	
	Mandato 2013-2017	
	Presidente: Marco André dos Santos Martins Lopes	
	Vice - Presidente Luís Filipe Castro de Araújo	
	Vereadores: Maria Aurora Moura Vieira	
	Carlos Alberto Silva Brás	
	José Fernando da Silva Moreira	
	Sandra Eunice Ramos de Almeida	
	Hélder Vasco dos Santos Figueiredo	
	Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho	
	Rui Ferreira de Espinheira Quelhas	
	Rosalina Sofia Neves Martins	
	Joaquim dos Santos Barbosa	
	Mandato 2017-2021	
	Presidente Marco André dos Santos Martins Lopes	
	Vice-Presidente Luís Filipe Castro de Araújo	
	Vereadores Maria Aurora Moura Vieira	
	Carlos Alberto Silva Brás	
	José Fernando da Silva Moreira	
	Sandra Eunice Ramos de Almeida	
	Valentim dos Santos de Loureiro	
	Leonel Arcanjo Neves Viana	
	Daniel Filipe Oliveira Vieira	
	José António da Silva Pinto	
	Rafael Gomes Amorim	
	Vice - Presidente	1
	Em regime de permanência	4
	A meio tempo	0
	Restantes vereadores	5



6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		8.1.6																			
1- Descrição das características do Sistema informático 2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas 3- Descentralização contabilística			SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POCAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)																			
				Não																		
				Não																		
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE			8.1.7																		
7.1	Fundos Municipais atribuídos																					
		<table><tr><th>Corrente</th><th>Capital</th><th>Total</th></tr><tr><td>Fundo de Equilíbrio Financeiro</td><td>9.948.983,00 €</td><td>1.105.443,00 €</td><td>11.054.426,00 €</td></tr><tr><td>Fundo Social Municipal</td><td>2.278.209,00 €</td><td></td><td>2.278.209,00 €</td></tr><tr><td>Participação no IRS</td><td>5.298.762,00 €</td><td></td><td>5.298.824,00 €</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>17.525.954,00 €</td><td>1.105.443,00 €</td><td>18.631.397,00 €</td></tr></table>	Corrente	Capital	Total	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.948.983,00 €	1.105.443,00 €	11.054.426,00 €	Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €	Participação no IRS	5.298.762,00 €		5.298.824,00 €	TOTAL	17.525.954,00 €	1.105.443,00 €	18.631.397,00 €	
Corrente	Capital	Total																				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.948.983,00 €	1.105.443,00 €	11.054.426,00 €																			
Fundo Social Municipal	2.278.209,00 €		2.278.209,00 €																			
Participação no IRS	5.298.762,00 €		5.298.824,00 €																			
TOTAL	17.525.954,00 €	1.105.443,00 €	18.631.397,00 €																			
7.2	Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação																					
7.3	Ações de Fiscalização																					
Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município: Data de acção – Novembro de 2016 a Março de 2017 - Período abrangido 01/01/2014 a 31/12/2016 – Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças Auditoria, "Contratação Pública"																						



b) 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respetivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade autárquica que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao caráter específico da sua atividade.

O Município de Gondomar implementou este sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação.

São apresentados no Relatório de Gestão elementos sobre a contabilidade de custos do Município de Gondomar e é feito uma análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL suscetíveis de terem impacto na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados do Município.

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, exceto quanto às contas 51 Património e 577 – Reservas decorrentes de transferência de activos.



Reconhecimento na rubrica 51 – Património, o montante de 256.140 euros, por contrapartida das contas:

- 421- Terrenos e recursos naturais no valor de 208.740,00 euros;
- 453- Outras construções e infra-estruturas no valor de 47.400,00 euros;

Este reconhecimento resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, nomeadamente caminhos públicos, cuja identificação e valorização é de complexidade elevada.

Reconhecimento na rubrica 577 - Reservas decorrentes de transferência de activos o valor de 6.032.320,00 € referentes à incorporação no património Municipal de 2 Escolas do 2º e 3º Ciclo das freguesias de Fânzeres e Baguim do Monte, registadas pelo seu valor patrimonial tributário

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

Bens do Domínio Público

Os bens de imobilizado corpóreo de domínio público encontram-se registados no património do Município pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas pelo valor de aquisição.

Imobilizações corpóreas

Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico aos bens do domínio público, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção.

Para outras situações a valorização dos bens do município é efetuado de acordo com o previsto no Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal aprovado em reunião camarária de 31 de Julho de 2003.

No caso de arruamentos em que não seja possível identificar os custos de produção ou aquisição de acordo com os critérios de valorimetria previstos no ponto 4 do POCAL, a Câmara Municipal de Gondomar deliberou em reunião de 02 de Abril de 2014, fixar os critérios de avaliação para os bens do domínio público municipal.



Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas existentes de terceiros e para com terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2016 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.



1- As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses;

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais,
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2- As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável, As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes provenientes de impostos e transferências relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).



Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar e encargos das instalações, como água, eletricidade e comunicações.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município de Gondomar recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Não aplicável.

8.2.6 – Comentários às contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável.

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respetivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Ativo Bruto e Amortizações e Provisões.



8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.



8.2.12 – Imobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento, No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte imobilizado à empresa Águas de Gondomar, SA:

Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequeninos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brânzelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado
Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Coop. Mãos à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme – Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valchão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	



Designação	Localização	Tipo
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Belói	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147 un.
Contadores de Água	30mm	223 un.
Contadores de Água	40mm	512 un.
Contadores de Água	50mm	223 un.
Contadores de Água	60mm	2 un.
Contadores de Água	65mm	9 un.
Contadores de Água	70mm	22 un.
Contadores de Água	80mm	14 un.
Contadores de Água	100mm	3 un.
Contadores de Água	150mm	2 un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Quadro 57: Imobilizado em poder de terceiros

Imobilizações implantadas em propriedade alheia – não existem.

Imobilizações reversíveis:

Não aplicável



8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

8.2.14 – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não aplicável.

8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.

Anexo 1 - Mapa das participações da entidade

A. Participações em entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE (rev II)	CAPITAL	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários	Em Espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Sociedade Anónima	60211	7.500.000,00 €	5,00 €	0,01%	5,00 €	5,00 €		
PRIMUS - Promoção e desenvolvimento regional, SA	504 558 161	Sociedade Anónima								
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514 310 774	Sociedade Anónima	36001	20.902.500,00 €	842.185,00 €	4,03%	842.185,00 €	842.185,00 €		

Até à data de encerramento das não dispomos de contas actualizadas das entidades participadas



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

B. Participações em entidades não societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade	CAE (rev II)	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Em N	Meios monetários	Em espécie	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394192	Associação de Municípios	38212	39.131.438,67 €	959.073,11 €	959.073,11 €		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	91333	- €	5.931,01 €	5.931,01 €		
Área Metropolitana do Porto	502823305	Associação de Municípios	75123	4.705.959,05 €	91.577,00 €	91.577,00 €		
Adeporto - Agência de Energia do Porto	507886550	Associação sem fins lucrativos	94995	193.375,00 €	10.360,00 €	10.360,00 €		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Outra - E.R.	84123	1.845.391,84 €	1.500,00 €	1.500,00 €		

Quadro 58: Participações Financeiras

Nota: À data da elaboração da prestação de contas do Município de Gondomar, não obtivemos os dados definitivos das empresas participadas relativas ao ano de 2017

Na sua globalidade os valores das participações apresentam-se adequados.

8.2.17 – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

8.2.18 – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável.



8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.



8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Valores em euros		
Class. Económica	Designação	Total
02020602	Impostos indiretos - Loteamentos e obras	5.492,10 €
02020603	Impostos indiretos - Ocupação da via pública	13.500,15 €
02020605	Impostos indiretos - Publicidade	100.726,66 €
0202069999	Impostos indiretos - Outros	73,40 €
04012302	Taxas - Loteamentos e obras	202.893,37 €
0401239999	Taxas - Outras	584,55 €
07020902	Resíduos Sólidos	325.102,75 €
07020906	Serviços - Mercados e feiras	5.436,96 €
07020999	Serviços - Outros	7.984,87 €
070399	Rendas - Outras	5.859,77 €
	TOTAL conta 218	667.654,58 €

Quadro 59: Composição das dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.



8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Garantias prestadas a Terceiros:

Entidade	Montante
Caixa Geral de Depósitos	82.962,56 €

Quadro 60: Garantias Prestadas a terceiros

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Valores em euros				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões para Aplicações de Tesouraria	- €	- €	- €	- €
Provisões para Cobranças Duvidosas	575.752,53 €	5.661,59 €	3.324,62 €	578.089,50 €
Provisões para Riscos e Encargos	11.459.427,93 €	2.077.102,65 €	10.926.823,76 €	2.609.706,82 €
Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €
Provisões para Investimentos Financeiros	371,15 €	- €	- €	371,15 €

Quadro 61: Composição das provisões

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.



Valores em euros

Fundos próprios	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Património	178.720.023,80 €	256.140,00 €		178.976.163,80 €
Ajustamento de partes de capital em empresas	- €	- €		- €
Reservas de reavaliação	- €	- €		- €
Reservas	- €	- €		- €
Reservas legais	1.344.269,21 €	- €		1.344.269,21 €
Reservas estatutárias	- €	- €		- €
Reservas contratuais	- €	- €		- €
Reservas livres	- €	- €		- €
Subsídios	- €	9.530,85 €		9.530,85 €
Doações	3.548.401,30 €	28.374,27 €		3.576.775,57 €
Reservas decorrentes de transferência de ativos	- €	6.032.320,00 €		6.032.320,00 €
Resultados transitados	6.314.124,22 €		1.409.301,09 €	4.904.823,13 €

Quadro 62: Composição da classe 5

Património

O crescimento desta rubrica, no montante de 256.140,00 euros, resulta da inclusão de bens imóveis, já pertencentes à Autarquia à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam inventariados, tendo sido registados nesta rubrica conforme instruções do SATAPOCAL, nomeadamente

- 421- Terrenos e recursos naturais no valor de 208.740,00 euros;
- 453- Outras construções e infra-estruturas no valor de 47.400,00 euros;

Doações

O incremento de 28.374,27 euros resulta do registo das doações a favor do Património Municipal de bens móveis.

Reservas decorrentes de transferência de ativos

O valor de 6.032.320,00 € registado na conta 577- Reservas decorrentes de transferência de Ativos, resulta da transferência para o Património Municipal de 2 Escolas do segundo e terceiro ciclo escolar das freguesias de Baguim do Monte e Fânzeres, no âmbito do artigo 56º da Lei nº 55-A/2010, sendo que foram registadas pelo seu valor patrimonial tributário.



Resultados transitados

Os movimentos ocorridos em 2017 na rubrica de resultados transitados são os seguintes:

- Redução no valor de 1.409.301,09 euros, pela aplicação do Resultado Líquido de 2016

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Conta Custo	Descrição	Ano 2017	Ano 2016	Conta Proveito	Descrição3	Ano 2017	Ano 2016
681	Juros suportados	227.291,45 €	249.303,88 €	781	Juros obtidos	3.577,77 €	7.122,91 €
682	Perdas em entidades participadas	- €	- €	782	Ganhos em entidades participadas	- €	3.179,81 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	- €	- €	783	Rendimentos de imóveis	- €	- €
684	Provisões para aplicações financeiras	- €	- €	784	Rendimentos de participações de capital	- €	- €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	- €	- €
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	- €
688	Outros custos e perdas financeiros	14.841,08 €	15.550,59 €	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	- €	- €
	Resultados Financeiros	- 238.554,76 €	- 254.551,75 €				

Quadro 63: Demonstração dos resultados financeiros



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Conta Custo	Descrição	Ano 2017	Ano 2016	Conta Proveito	Descrição3	Ano 2017	Ano 2016
691	Transferências de capital concedidas	1.035.691,97 €	1.041.582,85 €	791	Restituições de impostos	- €	- €
692	Dívidas incobráveis	1.909,70 €	8.756,36 €	792	Recuperação de dívidas	- €	- €
693	Perdas em existências	- €	- €	793	Ganhos em existências	- €	- €
694	Perdas em imobilizações	198.656,90 €	118.011,67 €	794	Ganhos em imobilizações	118.638,76 €	588.798,43 €
695	Multas e Penalidades	- €	- €	795	Benefícios de penalidades contratuais	163.732,93 €	1.358.391,07 €
696	Aumentos de amortizações e de provisões	- €	- €	796	Reduções de amortizações e de provisões	4.587.706,76 €	1.056.132,59 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	622,24 €	4.821,60 €	797	Correções relativas a exercícios anteriores	99.704,05 €	46.071,72 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	- €	- €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.526.087,81 €	2.444.422,63 €
	Resultados extraordinários	6.258.989,50 €	4.320.663,96 €				

Quadro 64: Demonstração dos resultados extraordinários



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.7 – Mapa do ativo bruto e das Amortizações e provisões

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

ATIVO BRUTO (IMOBILIZADO BRUTO)

		Ano:				2017
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf	Saldo Final	
451 Terrenos e recursos naturais	5.625.695,49 €	- €	- €	11.979,19 €	5.613.716,30 €	
452 Edifícios	944.503,36 €	- €	- €	14.323,44 €	958.826,80 €	
453 Outras construções e infraestruturas	205.990.410,36 €	252.300,00 €	- €	2.217.218,44 €	208.459.928,80 €	
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23 €	- €	- €	- €	137.506,23 €	
459 Outros bens de domínio público	7.679.949,45 €	- €	- €	- €	7.679.949,45 €	
445 Imobilizações em curso	2.346.754,20 €	6.111.002,07 €	- €	2.556.624,28 €	5.901.131,99 €	
	222.724.819,09 €	6.363.302,07 €	- €	337.061,59 €	228.751.059,57 €	
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €	- €	
431 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	
433 Propriedade industrial e outros direitos	869.039,91 €	- €	- €	- €	869.039,91 €	
443 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	
	869.039,91 €	- €	- €	- €	869.039,91 €	
421 Terrenos e recursos naturais	43.544.431,25 €	325.499,21 €	32.040,38 €	250.383,15 €	44.088.273,23 €	
422 Edifícios e outras construções	262.738.642,39 €	304.918,54 €	29.485,97 €	13.613.402,16 €	276.627.477,12 €	
423 Equipamento básico	4.409.574,74 €	127.992,61 €	- €	79.330,78 €	4.458.236,57 €	
424 Equipamento de transporte	2.517.643,47 €	313.158,46 €	- €	35.190,80 €	2.795.611,13 €	
425 Ferramentas e utensílios	495.558,26 €	124.442,93 €	- €	254,09 €	619.747,10 €	
426 Equipamento administrativo	4.649.857,90 €	557.413,91 €	- €	86.556,57 €	5.120.715,24 €	
427 Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	
429 Outras imobilizações corpóreas	5.128.625,91 €	49.218,02 €	- €	14.638,37 €	5.163.205,56 €	
442 Imobilizações em curso	2.058.168,39 €	6.784.113,39 €	- €	6.384.628,01 €	2.457.653,77 €	
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00 €	- €	- €	1.249.992,00 €	- €	
	326.792.494,31 €	8.586.757,07 €	61.526,35 €	6.013.194,69 €	341.330.919,72 €	
411 Partes de capital	842.689,01 €	- €	- €	- €	842.689,01 €	
412 Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87 €	- €	- €	- €	2.847.639,87 €	
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €	- €	
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	- €	- €	- €	- €	- €	
441 Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €	- €	
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	
	3.690.328,88 €	- €	- €	- €	3.690.328,88 €	

Quadro 65: Mapa do Ativo Bruto



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano: 2017

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público 485				
Terrenos e recursos naturais 4851	- €	- €	- €	- €
Edifícios 4852	128.163,18 €	12.342,07 €	- €	140.505,25 €
Outras construções e infraestruturas 4853	143.455.834,37 €	13.466.784,37 €	- €	156.922.618,74 €
Bens do património histórico, artístico e cultural 4855	- €	- €	- €	- €
Outros bens de domínio público 4859	1.618.472,46 €	389.213,34 €	- €	2.007.685,80 €
	145.202.470,01 €	13.868.339,78 €	- €	159.070.809,79 €
De Imobilizações incorpóreas 483				
Despesas de instalação 4831	- €	- €	- €	- €
Despesas de investigação e desenvolvimento 4832	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e outros direitos 4833	868.639,91 €	- €	- €	868.639,91 €
	868.639,91 €	- €	- €	868.639,91 €
De Imobilizações Corpóreas 482				
Terrenos e recursos naturais 4821	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções 4822				
Edifícios 48221	40.103.872,07 €	4.074.547,71 €	33.200,89 €	44.145.218,89 €
Outras construções 48222	13.683,32 €	2.272,05 €	- €	15.955,37 €
Equipamento básico 4823	3.262.460,53 €	302.903,92 €	105.289,28 €	3.460.075,17 €
Equipamento de transporte 4824	2.181.404,06 €	89.073,56 €	34.959,81 €	2.235.517,81 €
Ferramentas e utensílios 4825	375.651,63 €	56.640,57 €	254,09 €	432.038,11 €
Equipamento administrativo 4826	3.850.979,99 €	350.922,44 €	85.779,68 €	4.116.122,75 €
Taras e vasilhame 4827	- €	- €	- €	- €
Outras imobilizações corpóreas 4829	4.048.988,60 €	242.252,31 €	14.306,49 €	4.276.934,42 €
	53.837.040,20 €	5.118.612,56 €	273.790,24 €	58.681.862,52 €
De Investimentos em imóveis 481				
Terrenos e recursos naturais 4811	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções: 4812				
Edifícios 48121	- €	- €	- €	- €
Outras construções 48122	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
De Investimentos Financeiros 49				
Partes de capital 491	371,15 €	- €	- €	371,15 €
Obrigações e títulos de participação 492	- €	- €	- €	- €
Outras aplicações financeiras: 495				
Depósitos em instituições financeiras 4951	- €	- €	- €	- €
Títulos de dívida pública 4952	- €	- €	- €	- €
Outros títulos 4953	- €	- €	- €	- €
	371,15 €	- €	- €	371,15 €

Quadro 66: Mapa das amortizações e provisões



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não são conhecidos bens por inventariar.

8.3.61 – Mapa dos empréstimos

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR															
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO															
Data aprov. Assembl. Municipal	Data contrato	Visto Tribunal Contas		FINALIDADES	enquadramento - ou legislação	Entidade	Capital			Taxa de juro	Periodicidade	Encargos do ano de 2017		Divida a 01 de Janeiro de 2017	Divida a 31 de Dezembro de 2017
		Nº registo	Data				Contratado	Utilizado	actual			Amortização	Juros		
18	08-09-95	18-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 48 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	CGD	1.425.987,37	1.425.987,37	1,624%	Semestral	64.088,08	185,10	320.828,33	256.740,25
19	20-03-97 28-12-98	01-08-97 28-12-98	8298 37366	10-02-97 15-10-98	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	7.651.559,74	7.140.002,56	0,2915%	Semestral	2.471.100,75	3.954,07	2.471.100,75	2.163.992,55
20	25-07-97	01-08-97		30-09-13	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BCP	12.110.663,49	12.110.663,49	1,707%	Semestral	3.850.852,15	4.627,42	3.850.852,15	3.240.277,35
21	25-07-97	01-08-97	35560 7154	07-07-97 11-1-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BPI	12.110.663,49	12.110.663,49	1,707%	Semestral	3.850.323,65	591.226,34	3.850.323,65	3.259.097,31
22	11-02-00	08-08-00	1486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	CGD	491.804,75	491.804,74	0,0013%	Trimestral	97.320,83	-	97.320,83	71.390,60
24	13-07-01	03-09-01		a)	Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I)	(a)	CGD	1.246.994,74	962.128,43	0,2972%	Semestral	303.855,44	60.266,69	303.855,44	241.588,75
25	16-06-05	25-06-05	1886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	(d)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	0,3702%	Trimestral	4.144.736,95	473.684,20	4.144.736,95	3.671.052,75
38	18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	CGD	1.574.797,00	1.574.797,00	1,8300%	Trimestral	1.253.834,03	63.186,21	1.253.834,03	1.130.647,82
103	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	BCP	2.580.407,00	2.580.407,00	1,7810%	Trimestral	2.203.245,56	69.547,28	2.203.245,56	2.113.698,28
					Sub - Total (empréstimos excepcionais)			48.192.877,58	47.396.454,08			18.493.927,69	2.245.442,03	18.493.927,69	16.248.485,66
27	28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (Complementar)	---	BST	4.400.000,00	4.400.000,00	0,0800%	Trimestral	2.986.092,19	183.759,51	2.986.092,19	2.802.332,68
28	28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de habitação Social - M6, S. Pedro da Cova	---	CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	0,0512%	Trimestral	2.689.907,66	163.024,72	2.689.907,66	2.526.882,94
29	28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 300 fogos de habitação Social - Bagaim do Monte	---	CGD	2.601.644,00	2.601.644,00	0,0512%	Trimestral	1.746.364,29	105.834,20	1.746.364,29	1.604.430,09
30	18-02-09	09-03-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Cosme	---	CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	0,0512%	Trimestral	1.486.600,29	90.097,04	1.486.600,29	1.396.504,25
31	18-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	---	CGD	860.000,00	860.000,00	1,8300%	Trimestral	692.483,86	43.597,94	692.483,86	648.885,92
32	18-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	---	CGD	3.135.203,00	3.135.203,00	1,8300%	Trimestral	2.481.421,62	128.287,17	2.481.421,62	2.363.134,45
33	09-07-09	10-08-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em Sª Eulália	---	BANIF	1.520.136,00	1.520.136,00	2,0020%	Trimestral	1.136.723,82	70.894,72	1.136.723,82	1.115.829,10
34	09-07-09	10-08-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana	---	BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	2,0020%	Trimestral	931.658,07	55.192,04	931.658,07	876.466,03
35	09-07-09	24-09-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 108 fogos em Sª Eulália	---	IHRU	3.201.978,80	3.201.977,20	0,6334%	Semestral	2.332.382,64	132.133,11	2.332.382,64	2.202.250,53
36	09-07-09	24-09-09	1656	08-10-09	IHRU - Empréstimo 88 fogos - Triana	---	IHRU	2.492.729,60	2.492.729,60	0,6334%	Semestral	1.815.752,84	102.700,00	1.815.752,84	1.713.052,84
59	06-08-09	16-11-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Gesta	---	IHRU	460.253,00	460.253,00	0,6206%	Semestral	362.507,00	18.794,78	362.507,00	343.712,22
102	16-06-10	29-10-10	1566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	---	BCP	3.149.593,00	3.149.593,00	1,7810%	Trimestral	2.596.461,76	141.209,07	2.596.461,76	2.455.259,69
53	27-12-12	02-07-13	1118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	---	IHRU	909.699,70	909.699,70	1,0485%	Semestral	812.903,11	33.531,29	812.903,11	779.371,82
					Sub - Total (empréstimos não excepcionais)			30.136.979,10	30.136.977,50			12.669.047,59	175.551,73	12.669.047,59	20.872.112,56
					TOTAL			78.329.856,68	77.533.431,58			40.635.087,84	351.489,62	40.635.087,84	37.120.598,22

a) Empréstimo contraído ao abrigo do DL 38-C/2001 de 8/2 e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61

b) - Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio - artº 21 aditado pela Lei nº 34/96 de 29/8 e Lei 2/2007 - al. b) nº 2 artº 61

(c) - Lei nº 42/98 de 6/8 - al) c do nº 6 do artº 24º e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61

d) - Lei nº 55-B/2004 (OE) do nº 6 do artº 20º - projectos comparticipados FEDER e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61



GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

16) Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do “**Município de Gondomar**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 365.724.961,59 euros e um total de fundos próprios de 192.692.284,03 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.151.598,53 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 72.486.447,95 euros de despesa paga e um total de 71.510.171,43 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos descritos no parágrafo 3 das matérias referidas na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do “**Município de Gondomar**” em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, designadamente dos bens de domínio público provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, associada a sua dispersão, insuficiente informação interna sobre a sua titularidade, critérios e bases de mensuração, bem como a especificidade do setor da Administração Local, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor desta rubrica no balanço, bem como das respetivas depreciações e amortizações, subsídios para investimento e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado líquido do exercício. Neste contexto, apenas nos foi possível obter evidência das operações ocorridas após a implementação do POCAL.



2. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante total de 37.120.598,23 euros, respeitando 33.527.055,34 euros a médio e longo prazo e 3.593.542,89 euros a curto prazo. Contudo, com base nas confirmações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatamos que as mesmas indicaram um valor em dívida de 49.092.265,04 euros.

A divergência de 11.971.667,41 euros está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos, que o Município não reconhece como sendo um passivo financeiro de sua responsabilidade. Uma vez que não nos foi possível obter informação adicional sobre as condições do contrato, não dispomos de informação suficiente que nos possibilite emitir uma opinião fundamentada sobre esta divergência.

3. No balanço a rubrica "Provisões para riscos e encargos" evidencia o valor de 2.609.706,82 euros. As respostas dos advogados do Município ao pedido de confirmação externa de responsabilidades decorrentes de processos judiciais em curso, não nos permitiram recolher informações sobre a plenitude dos processos. Das respostas rececionadas apuramos uma divergência para menos, face às provisões reconhecidas no balanço, de 3,86 milhões de euros.

Nestes termos, concluímos que se verifica, pelo menos, uma insuficiência de 3,86 milhões de euros, estando por conseguinte o passivo subvalorizado, e os fundos próprios e o resultado líquido do período sobrevalorizados, por igual montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

1. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 75,78%, sendo 84,49% nas despesas correntes e 53,45% nas despesas de capital. Por sua vez, o grau de execução geral das receitas foi de 74,76%, sendo 94,28% nas receitas correntes e 26,60% nas receitas de capital e outras receitas.
2. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que a cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas, representa cerca de 34% do valor contabilístico.
3. É divulgado nas notas 8.2.2 e 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras:
 - 3.1. A conta 51 (Património) verificou um aumento de 256.140,00 euros, por contrapartida das contas 42 (Imobilizações corpóreas) quanto a 208.740,00 euros e 45 (Bens de domínio público) quanto a € 47.400,00, resultante de bens imóveis já pertencentes ao Município à data da realização do inventário inicial em 2003, mas que ainda não se encontravam incluídos no inventário municipal.
 - 3.2. A conta 577 (Reservas decorrentes de transferências de ativos) verificou um aumento de 6.032.320,00 euros, por contrapartida da conta 42 (Imobilizações corpóreas), resultante de transferências de património do Estado Português para o património Municipal, nos termos previstos no artigo 56º da Lei nº 55-A/2010.
4. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras: Relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.



Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imobilizado, fundos próprios e proveitos diferidos (subsídios ao investimento)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativa	Síntese da abordagem de auditoria
<p>O imobilizado representa 97% do total do ativo do balanço.</p> <p>A área de imobilizado foi considerada significativa na nossa auditoria devido à dimensão, multiplicidade e, em certos casos à antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, primordialmente as matérias associadas ao inventário inicial aquando da adoção do POCAL e correspondente valorimetria.</p> <p>Esta área está diretamente relacionada com as rubrica de fundos próprios e subsídios ao investimento, pelo que efetuamos uma análise e verificação conjunta destes agregados.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Confrontação do inventário do Município com outras fontes de informação, nomeadamente os dados da Autoridade Tributária e da Conservatória do Registo Predial;- Testes aos procedimentos de controlo interno instituídos;- Realização, por amostragem, de testes de detalhe aos movimentos do período;- Avaliação da tempestividade da transferência do imobilizado em curso;- Análise das atas da Câmara Municipal;- Análise das apólices de seguros;- Verificação em que medida as recomendações efetuadas foram implementadas.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.

2. Empréstimos obtidos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da abordagem de auditoria
<p>No âmbito da confirmação externa de dívidas às Instituições financeiras verificamos uma divergência de 11.971.667,41 euros entre o valor comunicado por estas entidades e o</p>	<ul style="list-style-type: none">- Analisamos o contrato celebrado em 2005 entre o Município e as Instituições Financeiras;- Efetuamos reuniões com os responsáveis do Município e



valor reconhecido pelo Município.

Esta divergência está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação.

Acresce referir que, em exercício anterior, foi reconhecido como proveito diferido uma verba relacionada com este contrato, sendo objeto de imputação a proveitos em cada exercício.

recomendamos formal e informalmente a obtenção de esclarecimentos adicionais junto das Instituições Financeiras;

- Verificamos em que medida as recomendações efetuadas foram implementadas.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.

3. Provisões para riscos e encargos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativas

Esta matéria foi considerada significativa devido à complexidade de identificação, reconhecimento e valorização das obrigações e correlativas provisões associadas a processos judiciais em curso.

No âmbito da solicitação de informações aos advogados respeitantes a responsabilidades por processos judiciais em curso, não obtivemos resposta para a plenitude dos processos. Das respostas rececionadas apuramos uma insuficiência, face às provisões reconhecidas no balanço, de 3,86 milhões de euros.

Síntese da abordagem de auditoria

- Analisamos as respostas rececionadas dos advogados do Município;
- Relativamente aos processos para os quais não obtivemos respostas, efetuamos diligências adicionais em conjunto com os Serviços do Município;
- Efetuamos reuniões com os responsáveis do Município.

Esta matéria está referenciada na secção Bases para a opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de abril de 2018

Anjos & Associados – SROC, LDA
Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130